

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

CASA COMUM

04

FEV/MAR 2023

Acampamento Terra
Livre, Brasília (DF), em 2022
Foto: Isis Medeiros



UMA NOVA JORNADA PELA DEMOCRACIA: O QUE ESTÁ EM JOGO?

PAPO RETO

"O discurso fascista é excludente. O discurso progressista é inclusivo. Essa é a grande diferença", afirma Sérgio Freire

Pag. 15

EM PAUTA

Ciência, cidadania e educação é caminho promissor para combater desinformação e negacionismo

Pag. 25

MOBILIZE-SE

Participação popular na administração pública: um exercício prático de democracia

Pag. 35

Acesse também
nossa revista digital





Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Extremistas testam a democracia brasileira com ataques às urnas, ao STF, ao Congresso e ao Executivo

15 _____ PAPO RETO

“O discurso fascista é excludente. O discurso progressista é inclusivo. Essa é a grande diferença”, afirma Sérgio Freire

18 _____ RAIO-X

De olho em quem nos representa: lideranças para se inspirar na luta por direitos

22 _____ EM PAUTA

“É impossível um país avançar se mais da metade da população ficar para trás”, enfatiza Viviana Santiago

25 _____ EM PAUTA

Ciência, cidadania e educação é caminho promissor para combater desinformação e negacionismo

28 _____ NA PRÁTICA

Em contexto de violência contra a imprensa e fake news, iniciativas buscam garantir a liberdade de expressão e o acesso a informações de qualidade

31 _____ EM PERSPECTIVA

As janelas de novos mundos

33 _____ EM PERSPECTIVA

Para sair da barbárie e consolidar a democracia brasileira

35 _____ MOBILIZE-SE

Participação popular na administração pública: um exercício prático de democracia

39 _____ AGENDA DE PRESSÃO

De olho no Congresso: CPI das pesquisas eleitorais, Lei de Segurança Nacional, participação social e meio ambiente

42 _____ BRASIL PROFUNDO

Participação social: pilar da democracia

44 _____ RETRATO BRASIL

Um país em reconstrução

Expediente

Realização:

Sefras - Ação Social Franciscana

Coordenação Geral:

Fábio José Garcia Paes e Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Projeto editorial:

Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público
www.estudiocais.com.br

Jornalista responsável:

Daniele Próspero
 MTB: 39.137

Coordenação editorial:

Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação:

Dayse Porto, Elvis Marques e Maria Victória Oliveira

Coordenação de canais digitais:

Dayse Porto e Adriana Carrer

Revisão:

Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação:

Rogério Testa, Elano Teixeira, Felipe Carnevali, Rafael Bersan e Paula Lobato

Impressão:

PAULUS

Conselho Consultivo:

Adriana Charoux, Frei Darlei Zanon, Igor Bastos, Ismar de Oliveira Soares, Luiz Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Osnilda Lima, Salete Sirlei Valesan Camba, Sandra Quintela, Tatiana Scalco e Viviana Santiago.

Conselho de Governança:

Brayan Filipe Farias da Silva, Domiciano de Souza, Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala, Rosângela Helena Pezoti.

Parceiros institucionais:

Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Movimento Laudato Si, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE)

Parceiro para impressão:

Paulus Social

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse:

www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
 Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
 São Paulo/SP - CEP: 03009-010
 Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
 Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscrição para receber nosso boletim informativo e receba as novidades da Revista Casa Comum mensalmente!

[revistacasacomum.com.br/](http://revistacasacomum.com.br/nosso-boletim)
nosso-boletim



Editorial

A 4ª edição da Revista Casa Comum, a primeira de 2023, carrega o dever histórico de falar sobre o cenário pós-eleições e a perspectiva da democracia com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, duas cenas históricas, nesse início de ano, revelam que o contexto é muito mais complexo e desafiador do que muitos analistas e historiadores poderiam inferir.

As invasões criminosas de grupos extremistas nas casas dos Três Poderes em Brasília e o revelado projeto de morte e genocídio pelo governo Bolsonaro dos povos originários Yanomami, no qual morreram mais de 500 crianças nos últimos quatro anos por falta de acesso básico à saúde e a situação de fome, ou seja, por causas evitáveis. Ambas as imagens são parte de uma mesma agenda propagada e liderada de forma representativa por Bolsonaro em que há o interesse econômico de grupos usurpadores de princípios morais e éticos de mercado ou de negócio, com incentivo de propostas e técnicas ultrapassadas e mortíferas para a vida, como é o caso dos garimpeiros. Os recortes de lucros do agronegócio no exterior, em detrimento de um país que passa fome, evidenciam o tamanho da contradição.

A atitude, nesse momento, é entender que todas as esferas de promoção e defesa da vida foram exploradas e mortas nos últimos anos, de forma livre, oficial e massiva. Os biomas foram destruídos, assim como as políticas de Educação, Saúde, Cultura e Assistência Social. Os Yanomami são o espelho do projeto bolsonarista agora intitulado como "extrema direita".

Esse projeto precisa ser entendido em sua máxima forma de organização e mobilização de corações e mentes, em que a moral e a religião servem como alimento no campo do desejo. A extrema direita não

pode ser entendida como uma simples tendência ideológica ou partidária, mas sim, da forma como vem produzindo e agindo, considerada como antidemocrática e criminosa. Isso se deve porque não adentra no jogo social e político regido pelos princípios societários fundamentais, arduamente conquistados nas últimas décadas, para o bem-viver de todas as formas de vida.

Onde foi que erramos? Será possível fazer esse tipo de pergunta e a quem direcioná-la e quem responsabilizar? Analisar e refletir as variáveis desse contexto surreal, se não fosse cotidiano e trágico, e tentar traçar um caminho dentro do pacto societário e democrático, dependerá não apenas de um governo progressista, mas de uma sociedade organizada de forma ampla e compromissada em torno de um projeto de mundo, ressignificando as relações de afeto, cuidado e crítica com conhecidos, amigos, familiares, vizinhos e comunidades. Resgatando o princípio revolucionário da educação como centro desse projeto. Não conseguiremos achar novas "saídas" ou "rumos" se não for pela porta da educação, e isso atrelado à significação de uma espiritualidade que tem como base a dialética da história.

Pois como diz o antigo aforismo escolar: "História é a ciência que estuda os fatos passados, para melhor compreender o presente!" Precisamos de uma sociedade que tenha como método o diálogo, a criticidade histórica e o investimento na democracia, na promoção e na defesa das distintas e diversas formas de vida e existência. Do contrário, será a barbárie e a morte como método, modelo e projeto de sociedade.

Equipe Revista Casa Comum



EM DESTAQUE

EXTREMISTAS TESTAM A DEMOCRACIA BRASILEIRA COM ATAQUES ÀS URNAS, AO STF, AO CONGRESSO E AO EXECUTIVO

Por Elvis Marques

Atos golpistas em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil



O regime democrático brasileiro foi colocado em xeque quase que diariamente nos quatro últimos anos. Com as eleições e a derrota de Jair Bolsonaro (PL), os ataques verbais e as *fake news* se transformaram em ações concretas: tentativa de explosão de uma bomba na região do aeroporto de Brasília, ônibus sendo jogado de viaduto e sedes do Judiciário, Executivo e Legislativo invadidas por fanáticos. Uma evidência grave: convivência de forças de segurança e agentes públicos com extremistas.

Desde a redemocratização, o Brasil nunca esteve tão próximo de uma série de **tentativas de golpes** de Estado, acompanhadas de minutas do ex-ministro da Justiça e da Segurança Pública, Anderson Torres, que trazia todos os elementos possíveis para a destituição de um governo eleito, até a **invasão das sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário**, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

A série de atos terroristas partiram de **bolsonaristas**, principalmente aqueles acampados em frente à sede do Exército em Brasília desde o resultado do segundo turno das eleições brasileiras, que declararam **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** eleito para o seu terceiro mandato como presidente da República. Se somaram a esses golpistas, caravanas de inúmeros estados, principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Estragos no Senado Federal após os ataques bolsonaristas. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil



Breve cronologia dos últimos acontecimentos de cunho golpista na capital federal:

- Era noite do dia **12 de dezembro de 2022**, após a diplomação do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), em Brasília. Fogo e fumaça para todo lado. Ruas e avenidas fechadas. Ônibus sendo empurrado do alto de um viaduto. Dezenas de carros e coletivos foram quebrados e incendiados. Ataques e tentativas de invasão ao edifício sede da Polícia Federal (PF). Quebradeira na 5ª Delegacia de Polícia Civil. Botijões de gás utilizados como barricadas. Comércio depredados. Bombas caseiras apreendidas. Pessoas feridas. **Saiba mais:** glo.bo/3XtBXL4

- Já na **véspera de Natal**, aconteceu algo inédito próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília: tentativa de atentado a bomba junto a um caminhão-tanque carregado de querosene. Dinamites foram apreendidas pelo Esquadrão Antibombas. As polícias Civil e Federal foram acionadas. Integrante do acampamento golpista nas redondezas do QG do Exército, George Washington, foi o primeiro a ser autuado pelos crimes de terrorismo, posse e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Saiba mais: bit.ly/CasaComum_E4_30

- E no dia **8 de janeiro de 2023**, uma semana após a cerimônia de posse de Lula e Alckmin, a Praça dos Três Poderes foi invadida por bolsonaristas em uma tentativa de golpe de Estado. Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF) foram invadidos e totalmente depredados. Cerca de 1.200 pessoas foram detidas após a omissão e convivência de diversos agentes públicos, como policiais e militares, e o prejuízo com a quebradeira e furtos de peças de artes pode chegar a R\$ 20 milhões, conforme levantamento da CNN Brasil com fontes do governo.

Saiba mais: bit.ly/CasaComum_E4_31

- Já no dia seguinte, as ruas do país se encheram de pessoas em **protestos pró-democracia**, em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Florianópolis, Goiânia, Belém, Vitória, Salvador, Fortaleza e Recife. Os manifestantes entoavam "sem anistia" pedindo punição aos terroristas.



Ato pró-democracia em São Paulo. Foto: reprodução MTST-SP

Apontando que os ataques golpistas são de uma minoria extremista, uma pesquisa Datafolha divulgada no dia 11 de janeiro de 2023 aponta que **93% dos brasileiros condenam os atentados** de bolsonaristas ao Congresso Nacional, STF e Palácio do Planalto. **Veja a pesquisa na íntegra: bit.ly/CasaComum_E4_32**

Esse respaldo da maioria da população brasileira à democracia veio, de imediato, dos líderes mundiais dos EUA, França, Alemanha, Espanha, Chile, Argentina, China, Japão, Reino Unido, África, Rússia e tantos mais. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi enfática ao defender a democracia do Brasil, a confiabilidade nas eleições e a manutenção da ordem pública.

No Brasil, os(as) 27 governadores(as) [da situação e da oposição] foram até Brasília e se reuniram com os chefes dos três poderes. E, em uma imagem histórica, todos os principais chefes de poderes federais e estaduais desceram a rampa do Palácio do Planalto e caminharam até o local mais destruído pelos **atos de vandalismo**, a suprema corte.

Até o fim de janeiro, mais de 1.400 pessoas chegaram a ser presas pelos atos de vandalismo, acusadas de crimes como atos terroristas, associação criminosa, golpe de estado, ameaça e incitação ao crime. Segundo levantamento da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), 92% dos presos não são moradores do Distrito Federal.

A Advocacia-Geral da União solicitou que a Justiça de Brasília bloqueie bens de algumas pessoas presas em flagrante com o objetivo de assegurar o ressarcimento do patrimônio público.

Radiografia do bolsonarismo

Rudá Ricci, sociólogo e presidente do **Instituto Cultiva**, em entrevista à **Revista Casa Comum** antes das tentativas de golpe na capital federal, classificou as 58 milhões de pessoas que votaram em Jair Bolsonaro (PL) basicamente em três perfis:

- **1º grupo:** é formado por pessoas que se definem como de direita, mas não são radicais.
- **2º grupo:** é formado por pessoas de direita, radicais, mas não fanáticas.
- **3º grupo:** e o mais perigoso, é formado por cerca de 15 milhões de pessoas de extrema direita*. São radicais, fanáticas, sádicas e que criam idolatrias. Há a presença de "lobos solitários" capazes de atos terroristas. As pessoas que têm participado dos atos golpistas em Brasília podem ser enquadradas neste agrupamento.

*O **Observatório da Extrema Direita** (formado por acadêmicos de universidades do Brasil e de outros países) estima que 15% da população brasileira seja de extrema direita.

O papel da comunicação no cenário de disputa do Estado

Para cada um desses grupos, Rudá aponta **técnicas de comunicação** que são utilizadas pela extrema direita, nesse caso pelo bolsonarismo, para alimentar e “fidelizar” esses públicos. Uma das primeiras estratégias é **delimitar e refinar o público**, chegando em subgrupos, e buscar os seus interesses em comum, a partir de pesquisas na internet. Esse contato, posteriormente, passa a se dar via redes sociais ou por aplicativos de troca de mensagens, como WhatsApp e Telegram. Confira:

Metapolítica: aborda, com uma determinada massa, qualquer assunto que não seja sobre política, mas que é do seu interesse, e isso é baseado, sobretudo, nos **algoritmos das redes sociais**. Por exemplo, pessoas que gostam de carros. Em determinado momento esse assunto é vinculado com o de política. “*Você viu o carro que o presidente X comprou? Quanto será que custa?*” E assim entra o tema político de forma enviesada.

Pertencimento: outra tática é criar uma série de estímulos, principalmente para o Grupo 2, de modo que essas pessoas se sintam parte de um agrupamento para motivar o ideário do “**nós contra eles**” e alimentar esses seguidores com informações ao nível que cresça a tal rivalidade. Fazer parte de uma comunidade reforça o sentimento de legitimidade do grupo.

Apito de cachorro: o termo vem da expressão em inglês *dog whistle*, uma mensagem com um nível de codificação comunicada por meio de frases inteiras ou apenas algumas palavras aparentemente aleatórias que, geralmente, **só pode ser compreendida por um grupo** de pessoas, mas não por todo o mundo.

Câmara de eco: esse é um procedimento voltado para os extremistas, no qual há o envio, incansavelmente, de múltiplas informações sobre determinado assunto. Esse grupo é **bombardeado sobre a mesma pauta**, sempre agregando informações novas. O objetivo desse método, destaca Rudá, é chegar a uma **lavagem cerebral**. É algo tão forte que qualquer informação contrária a essa dá a impressão de que é falsa, como, por exemplo, as manifestações contra a vacina para a Covid-19 que foi questionada apesar das inúmeras evidências que garantem sua efetividade.

Para chegar a esse ponto de controle social, os administradores de grupos utilizam fotos, imagens gráficas, vídeos, áudios, palestras, publicações, entre outros. A intenção é alicerçar o assunto de tal forma que seja quase impossível desmenti-lo.



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

Terrorismo estocástico



Foto: Arquivo pessoal

De acordo com Rudá, essas técnicas comunicacionais podem levar grupos ou indivíduos a cometer atos criminosos. **"Estocástico é um estudo de probabilidade** de uma ação gerar reações, porém não há um comando evidente sobre essas atitudes. A reação é aleatória e não é possível saber onde e nem quando ocorrerá, já que não é ordenada de forma específica." Como diz o ditado popular, quem incita essas pessoas "lava as mãos" caso aconteça algo grave. Um exemplo são os múltiplos atentados no Distrito Federal.

Como são definidos esses movimentos?

Antes de esmiuçar termos que têm ganhando o debate político com maior frequência nos tempos recentes, como **bolsonarismo** e **fascismo**, o sociólogo explica que diferente de outros regimes extremistas, o ex-presidente Bolsonaro não criou um partido de massas mobilizador ao longo da sua carreira política, sobretudo no período de campanha e de mandato presidencial. "Há elementos importantes para olharmos que surgem e dão características a esse movimento em pleno século XXI. **O partido de massas dele são as redes sociais.**" Veja as definições desses movimentos, por Rudá Ricci:

Bolsonarismo: é uma articulação e movimento políticos de extrema direita fascista, sendo ultraliberal na economia. Se utiliza de ameaças e da violência contra qualquer oposição.

Fascismo: é um movimento totalitário de extrema direita, que não consegue, em primeiro lugar, admitir a existência de uma força contrária ao seu pensamento. Aqui o projeto político confunde a figura do líder carismático com a noção de nação, por isso seus apoiadores defendem que ser contra o governo é ser contra a nação, é não ser patriota. Uma confusão entre o líder político, a nação e o Estado. Daí decorre a ideia de que todos os poderes da República se subordinam à nação, e, portanto, ao Executivo. Nessa concepção, o Judiciário não poderia se posicionar contra o líder carismático.

Fascismo diferente do nazismo: o fascismo se mistura com outros ideários, desde que eles se subordinem ao fascista, coisa que o nazismo não faz, pois é exclusivista.

Expoentes políticos da extrema direita no mundo



Giorgia Meloni, 45 anos, eleita em 2022 a primeira mulher premiê da Itália pelo partido Irmãos da Itália, herdeiro do líder fascista Benito Mussolini. Para liderar o país, ela formou uma aliança com partidos de extrema direita e centro-direita.



Viktor Orbán, 59 anos, chefia a Hungria desde 2010 e deve permanecer no cargo mais alto do país até 2026 pelo partido conservador Fidesz. Com um governo autodeclarado iliberal, o primeiro-ministro é tido como o líder global da extrema direita.



Donald Trump, 76 anos, é um empresário, ex-apresentador de TV e foi o 45º presidente eleito dos EUA pelo Partido Republicano. Em 2020, ao ser derrotado pelo democrata Joe Biden, se recusou a aceitar o resultado das eleições e lançou uma série de acusações infundadas contra o sistema eleitoral, o que contribuiu para inflar grupos extremistas a invadir o Capitólio, quando os congressistas estavam reunidos para oficializar o presidente eleito Biden. Cinco pessoas morreram, várias ficaram feridas e o parlamento foi amplamente destruído, mas os atentados não impediram a diplomação do democrata.



Marine Le Pen, 54 anos, integra a Assembleia Nacional da França como deputada, e, de maneira recorrente nos últimos anos, tem disputado a presidência do país. Símbolo da direita radical francesa, ela é filha de Jean-Marie Le Pen, conhecido por minimizar o Holocausto, quando milhões de judeus foram mortos por nazistas.

Em comum, essas figuras têm pautas baseadas na rejeição à União Europeia, nas políticas anti-imigração, na negação dos direitos da comunidade LGBTQIA+, redução dos direitos reprodutivos das mulheres, maior acesso às armas, hostilização da imprensa e no negacionismo, por exemplo, no campo da ciência.

A importância de chegar ao poder

Rudá Ricci acredita que esses atos golpistas extremados **devem continuar a acontecer**, aliados ainda com greves de caminhoneiros, desabastecimento de alimentos nas cidades e conflitos de rua camuflados de manifestações.

“A gente não deve brincar com o bolsonarismo. Eles vão vir nas próximas eleições para fazer prefeitos e, para isso acontecer, **precisam instalar o caos** no próximo semestre de 2023, porque é só fazendo essas confusões que o bolsonarismo pode eleger muitos prefeitos, o que, depois, pode ajudar o ex-presidente e seus aliados em seu projeto de poder.”

O especialista explica que o **foco nas eleições municipais** deve se dar, pois os prefeitos eleitos serão importantes cabos eleitorais para deputados estaduais, federais, senadores, governadores e presidente, já visando 2026.

“O que ficou claro para Bolsonaro é que a dependência dele do centrão, que tem a ver com o número de prefeitos, gerou uma debilidade, inclusive eleitoral, e a possibilidade de ter um bolsonarismo raiz é se ele romper com o centrão, e para isso ele precisa fazer prefeitos e, consequentemente, aumentar a capilaridade de sua base. **Eles vão vir com tudo nas próximas eleições**”, acredita o sociólogo.

As urgências que não podem esperar

Ao falar na reconstrução do país, o professor Rudá aponta **nove campos que deveriam ser prioritários durante o mandato do novo Governo Federal**:

1. Extinção do Teto de Gastos Públicos (Proposta de Emenda Constitucional - PEC 55);
2. O auxílio social: combate à fome, acolhimento e convívio social;
3. Vacinação em massa, com regularidade e orientação social;
4. Trabalho, emprego e renda com estabilidade;
5. Repensar o modelo produtivo: não basta ser “campeão do agronegócio”;
6. Conservação do meio ambiente e a nova matriz energética;
7. Política externa: o Brasil volta a ser *player* mundial;
8. Aprofundar o SUS e integrar com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Nacional de Educação e Previdência;
9. A disputa dos valores sociais: uma rede de escolas da cidadania e Orçamento Participativo Federal.

Desmontagem do acampamento de bolsonaristas em frente ao Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste do Exército Brasileiro. Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil



Um país em reconstrução passa pela educação

Denise Carreira, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), fundadora da **Coalizão Direitos Valem Mais: pelo fim do Teto de Gastos e por uma nova Economia** e da **Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação**, analisa que a educação foi uma das áreas prioritárias nos ataques de grupos autoritários e do último governo, “que sequestraram o Estado brasileiro nos últimos anos.”

>> Conheça a Coalizão: direitosvalemmais.org.br

Segundo a integrante da **Rede Internacional de Ativistas pela Educação do Fundo Malala**, essa ofensiva contra a educação não foi somente na perspectiva de destruir as conquistas acumuladas nas últimas décadas.

“Foi de tentar impor um novo projeto educacional comprometido com a obediência de uma ordem desigual e autoritária. A noção de direito humano à educação foi colocado em xeque.”

>> Acompanhe a Rede Malala em [instagram.com/redemalala](https://www.instagram.com/redemalala)

Denise enumera três grandes eixos que colocaram esse tema em evidência:

- A desconstrução do Plano Nacional de Educação (PNE) e de todas as instâncias e órgãos comprometidos com o enfrentamento às desigualdades educacionais. Um desmonte de todo um planejamento educacional de médio e longo prazo;

- O sufocamento do financiamento educacional, em especial por conta da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 95, conhecida como PEC do Teto de Gastos Públicos, em 2016. Isso inviabilizou não só a expansão, mas também o custeio de serviços básicos nas unidades de ensino;

- E a promoção de agendas ultraconservadoras, de viés ideológico, como as escolas militarizadas, a educação domiciliar, o discurso falacioso da ideologia de gênero, além de ataques ao Programa Nacional do Livro Didático, perseguições a escolas e trabalhadores da educação que abordassem temas como gênero, raça, sexualidade, e temas como política de enfrentamento às desigualdades ou a leitura crítica da história do Brasil.



Com a mudança de governo, frisa Denise, há a esperança de avanço nas políticas educacionais, a retomada de conquistas históricas perdidas e de agendas que ficaram paralisadas nos últimos anos.

“É fundamental, para ‘desbolsionarizarmos’ o país e avançarmos numa cultura democrática, que a noção de qualidade educacional ultrapasse algo muito centrado e convencionado em testes padronizados em Matemática e Língua Portuguesa, e é necessário elevar esses sistemas para uma noção mais ampliada de qualidade da educação. Chamávamos a atenção disso inclusive em governos petistas. Nos governos Lula e Dilma, nós tivemos conquistas importantes, como diretrizes curriculares nacionais de educação em direitos humanos, relações raciais, meio ambiente e outras importantes para enfrentar agora esses desafios, mas isso não foi implementado e nem ganhou centralidade nas agendas dos governos à época.”

Em relação ao futuro, a professora defende que é necessário compreender o fenômeno que vivemos para que seja possível reconstruir a “jovem democracia” brasileira. “Precisamos, de fato, refletir sobre o autoritarismo que está na base da estrutura de relações de poder do nosso país”.

Perspectivas e desafios para os próximos anos

A professora Denise observa que governos autoritários, extremistas ou de cunho golpista priorizam a educação por sua capilaridade: é **ela que chega mais próxima da população** e tem uma relação cotidiana por anos e anos. Além de ser um serviço e um direito que mobiliza, no Brasil, por exemplo, milhões e milhões de pessoas.

“

Se considerarmos apenas a Educação Básica brasileira, são mais de 47 milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos que se deslocam até uma unidade de ensino para participar de sua trajetória educacional. É um espaço muito importante de formação, convívio, acesso ao conhecimento e de construção de valores das pessoas.

Professora Denise Carreira

Devido a toda essa importância e diante dos desafios impostos pelo último Governo Federal e pela Covid-19, Denise elenca alguns **desafios e necessidades para o campo** nos próximos tempos, confira:

- Reconstruir o próprio Ministério da Educação (MEC) e dotá-lo de maior capacidade para enfrentar desafios como o do ultraconservadorismo na educação;
- Priorizar o fim do Teto de Gastos Públicos e propor um novo regime fiscal;
- Reconstruir o Pacto Federativo na Educação, por meio do almejado Sistema Nacional de Educação;
- Retomar o Plano Nacional de Educação com estados e municípios;
- Propiciar que a política educacional contribua efetivamente para a construção de uma cultura de país democrático;
- Promover a laicidade do Estado e da educação pública;
- Pautar na educação o enfrentamento ao racismo, à xenofobia, à homofobia e à transfobia, ao capacitismo e a tantas outras desigualdades no centro dos discursos do ódio;
- Reconhecer e trabalhar a memória brasileira, tão silenciada e apagada, o que contribui para enfrentar a cultura autoritária presente em nossa história;
- Promover uma campanha nacional para reflexão e renomeação de escolas que homenageiam figuras autoritárias do país.

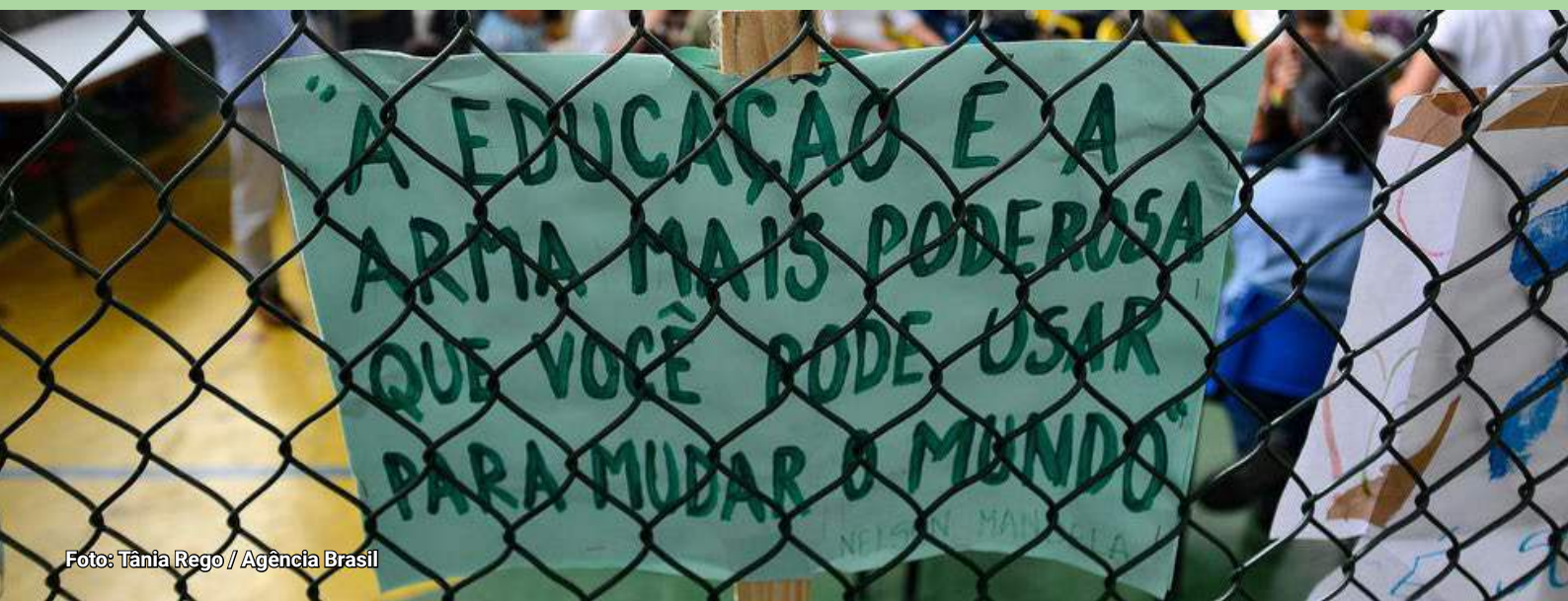


Foto: Tânia Rego / Agência Brasil

Vozes em ação

Luciana Petersen: “A checagem de notícias religiosas se mostra muito urgente”



Comunicadora, feminista, negra, cristã, progressista, podcaster, redatora e jovem.

Luciana Petersen é uma mulher de múltiplas atuações, que unem, principalmente, a **comunicação** e a **religião**. Temáticas bastante presentes nas últimas eleições majoritárias no Brasil.

Luciana está envolvida em diversos projetos comunicacionais que unem esses dois temas, como: **Coletivo Bereia** (conheça o coletivo de checagem de notícias cristãs em coletivobereia.com.br), **Novas Narrativas Evangélicas** (comunidade-plataforma de reconhecimento e afirmação da pluralidade evangélica, saiba mais em novasnarrativasevangelicas.com) e o **Projeto Redomas** (com o objetivo de fortalecer as vozes das mulheres dentro dos espaços de fé e cristãos, veja em projetoedomas.com).

Perseguição a igrejas, líderes, religiões e fechamento de templos religiosos foram algumas das temáticas amplamente presentes em notícias falsas disseminadas durante o período de campanha das eleições de 2022. Uma das que mais repercutiu foi a de que o então candidato **Lula fecharia igrejas**, tema que dominou as campanhas e debates presidenciais.

Mas esse exemplo é apenas um em meio a **informações falsas** diárias que precisam ser desmentidas sobre religiões, o que motivou o surgimento do Coletivo Bereia, tido como o primeiro do gênero no Brasil especializado em apurar se uma informação é falsa ou verdadeira.



A checagem de notícias religiosas é muito urgente. Temos percebido, no trabalho do coletivo, que existem muitas *fake news*, ou seja, mentiras, em correntes de WhatsApp, que têm um pânico moral que é facilmente absorvido pelo público cristão, evangélico ou católico. São notícias que têm um apelo muito forte, que acabam se infiltrando nos grupos de igreja e das comunidades.”

Luciana Petersen

Luciana explica que essas *fake news* acabam tendo capilaridade nos meios religiosos, e, muitas vezes, as entidades e lideranças do campo religioso não sabem disputar a narrativa. “Por isso é necessário olharmos para essas informações e entender qual é o pano de fundo delas, porque há pânico moral em volta da família, de fechar igrejas, porque isso mobiliza tanto as pessoas”, questiona.

A comunicadora enxerga que a extrema direita, não apenas em momentos de disputa política, tem se apropriado dos **símbolos e signos religiosos**, como versículos bíblicos, músicas, hinos de louvor. “O campo cristão progressista e democrático precisa se levantar e dizer que somos, sim, evangélicos, religiosos, que estamos do lado da justiça e da democracia, porque acreditamos que é isso que o evangelho de Cristo nos convida a fazer.”

Luciana deixa um importante recado para todas as pessoas e organizações engajadas em defender a democracia brasileira: a comunicação é essencial para fazer essa **contranarrativa de discursos extremistas**.

Estudante cria projeto para ampliar acesso de jovens periféricos a oportunidades de formação



Foto: Arquivo pessoal

Como bem explica Denise Carreira, a educação, no sentido mais amplo do termo, é essencial para enfrentar os desafios atuais impostos ao Brasil, e foi pensando assim, ao olhar para a sua própria vida estudantil, que **Sabrina Cabral** fez e faz a diferença onde vive.

Criadora do **Projeto RUMA** ([instagram.com/vemderuma](https://www.instagram.com/vemderuma)), que visa despertar a sustentabilidade e liderança para jovens das áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, especialmente nordestinos de minorias sociais. Sabrina também atua na mobilização de jovens em defesa dos direitos humanos, meio ambiente e educação por meio de iniciativas como o #tmjUNICEF, do **Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF Brasil** ([unicef.org/brazil](https://www.unicef.org/brazil)).



A RUMA veio justamente para melhorar e ampliar esse trabalho de impacto que eu já vinha fazendo, e surge a partir do olhar para os programas e políticas públicas da cidade de Fortaleza e, também, a partir do meu aprendizado dentro da universidade”, conta Sabrina.

A jovem é estudante de Engenharia Civil na Universidade Federal do Ceará (UFC) e criadora de conteúdo digital sobre protagonismo e oportunidades para jovens de baixa renda em sua conta no instagram ([@sanydapeste](https://www.instagram.com/sanydapeste)). “Tudo começou na universidade, quando percebi que as coisas que aconteciam ali não chegavam a outras pessoas, como quando eu estava no ensino médio público.”

A partir de então, Sabrina passou a divulgar, em suas redes sociais, programas de bolsas, capacitações, palestras e demais **oportunidades voltadas para a educação**. “Por pesquisar essas oportunidades a outras pessoas, ingressei no programa Bolsa Jovem da prefeitura de Fortaleza, que exigia a participação em atividades em nível nacional. Então comecei a pesquisar sobre essas oportunidades, e foi quando percebi que faltavam pessoas como eu, de regiões periféricas. Fui tendo essa consciência, e comecei a direcionar o meu trabalho a buscar parcerias com instituições com o objetivo de dar oportunidade a jovens da minha região, seja de Fortaleza ou do Nordeste como um todo”, relembra.

A jovem é embaixadora regional do **Dia Internacional da Juventude** (diadajuventude.com.br) com o IYD Brasil, no qual ajudou a fundar o **projeto Juventude Inclusiva**. Em 2020, foi uma das vencedoras do Prêmio Mude o Mundo como uma Menina, da **plataforma Força Meninas** e, em 2022, participou do Hub de Lideranças, uma iniciativa do **Instituto Votorantim**. Sabrina ainda contribui como produtora de conteúdo com o Impacta Nordeste, o primeiro portal dedicado ao ecossistema de impacto social na região.

“Eu comecei tudo isso a partir das minhas particularidades, como jovem da periferia, do Nordeste, e isso fez eu identificar e enxergar o meu público”, afirma a engenheira.



Para ler, para ver e para ouvir:

- Carta da sociedade civil à equipe de transição apresenta medidas para combater censura na educação: bit.ly/CasaComum_E4_33
- Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas: bit.ly/CasaComum_E4_34
- Documentário Extremistas.br - Globoplay: bit.ly/CasaComum_E4_35
- Angela Alonso: "O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação": bit.ly/CasaComum_E4_36
- O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil: bit.ly/CasaComum_E4_37
- "Inimigo no fascismo brasileiro é o pobre, diz pesquisadora do voto em Bolsonaro: bit.ly/CasaComum_E4_38
- Ciclo de debates do Observatório das Metrópoles recebe o sociólogo Rudá Ricci: bit.ly/CasaComum_E4_39
- Jessé de Souza: identidade do brasileiro é fruto de três mentiras contadas pela elite: bit.ly/CasaComum_E4_40
- Marilena Chaui: o ódio ao pensamento transformou o cinismo em modo de governar: bit.ly/CasaComum_E4_41
- Artigo | A escola pública é a máquina que consolidará a democracia no Brasil: bit.ly/CasaComum_E4_42
- Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação: bit.ly/CasaComum_E4_43
- Extrema direita mundial estreita laços com Governo Bolsonaro: bit.ly/CasaComum_E4_44
- Brasil: Garanta Justiça pelos Ataques a Instituições Democráticas: bit.ly/CasaComum_E4_45



PAPO RETO

“O DISCURSO FASCISTA É EXCLUDENTE. O DISCURSO PROGRESSISTA É INCLUSIVO. ESSA É A GRANDE DIFERENÇA”, AFIRMA SÉRGIO FREIRE

Uma reflexão em pauta: de onde viemos e para onde vamos como nação?

Por Rodrigo Bueno

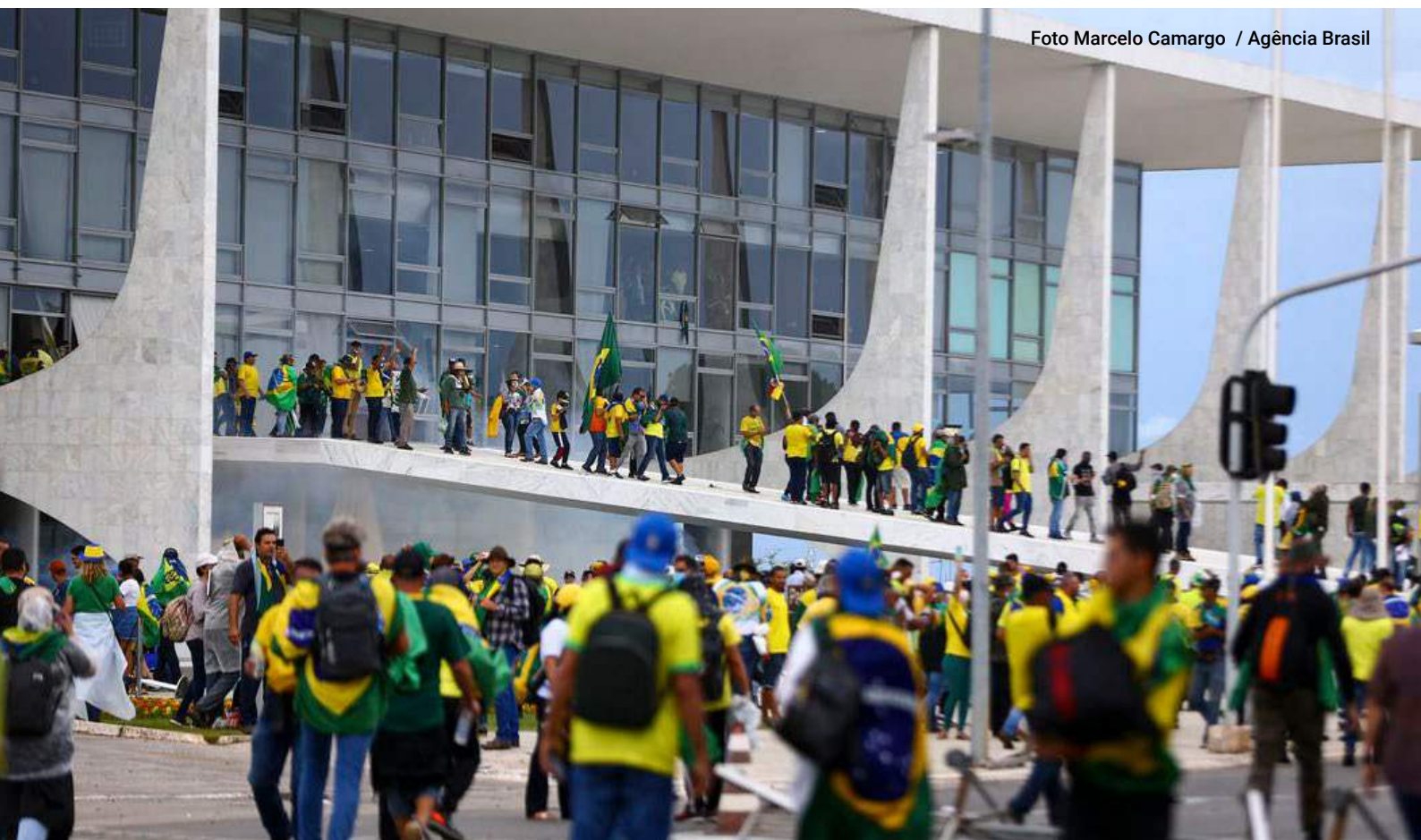


Foto Marcelo Camargo / Agência Brasil

Nas últimas edições da **Revista Casa Comum**, falamos sobre fome, o conservadorismo da sociedade brasileira e a possibilidade de **esperançar um país diferente**, menos desigual e com mais respeito.

Nessa entrevista com o psicólogo e linguista, especialista em Análise de Discurso, **Sérgio Freire**, discutimos os **caminhos que nos trouxeram até aqui** e as possibilidades de criação de um ambiente democrático, com um farol apontando para um ecossistema social mais justo. Por que, afinal, as pessoas votam em candidatos da extrema direita? Mais que isso, organizam atos e espalham conteúdos falsos deliberadamente. Trata-se de um fenômeno que veio para ficar? O que o futuro nos reserva? Confira:

Revista Casa Comum: O Brasil tem como marca de sua história a violência e o descaso das elites com os mais vulneráveis. Estão nos nossos registros a escravização e o genocídio de negros e indígenas, a ditadura militar, entre outros episódios que evidenciam nosso histórico de desigualdades e violações de direitos humanos. Contudo, o fenômeno da extrema direita, como se apresenta hoje, parece algo relativamente novo. Como chegamos a esse lugar?

Sérgio Freire: Precisamos olhar a questão a partir de dois contextos: **o externo e o interno**. Do ponto de vista externo, o **mundo, no geral, deu uma guinada à direita** política nas primeiras décadas deste século. Trump, nos EUA, e a ascensão da direita italiana mais recentemente, são exemplos. Ao cenário externo, junta-se o interno. O **desgaste natural do tempo da esquerda** no poder, o **junho de 2013**, e mais o trabalho midiático sobre a **operação Lava-Jato** criaram condições para a emergência da necessidade de uma alternativa. **Bolsonaro entrou nesse vácuo**, representando e possibilitando a externalização dos preconceitos e descaso com a população mais pobre que é historicamente constitutiva da identidade nacional.

Revista Casa Comum: Do ponto de vista da psicologia e da linguística, quais as marcas mais evidentes do discurso dessa extrema direita brasileira?

Sérgio Freire: No campo da **psicologia**, há uma grande adesão a esse discurso por uma questão de pertencimento e identificação. É nesse grupo que as pessoas se encontram no **acolhimento às suas bandeiras excludentes** e preconceituosas. Em relação à **linguagem**, constituído como discurso, o grupo se apropria de **ideias típicas da extrema direita** histórica: o nacionalismo, o militarismo, a obsessão com a segurança nacional ameaçada, o desprezo pelos direitos humanos, o desprezo pela cultura e a definição da religião como forma de chancelamento de um purismo.



Revista Casa Comum: E por que tanta gente, como evidenciado pelas últimas eleições, se associa a esse pensamento?

Sérgio Freire: Acolhida. Todas as características da extrema direita citadas estavam, de alguma forma, latentes em grande parte da população, mas sem possibilidade política de escoamento. Com a institucionalização de Bolsonaro como presidente, houve uma espécie de **legitimação, de salvo-conduto**, para que o que passou anos reprimido viesse à tona. Daí a catarse dessa gente.

Revista Casa Comum: Podemos considerar esse fenômeno uma espécie de "fascismo tupiniquim"? Qual definição você acha que melhor se encaixa?

Sérgio Freire: Sem dúvida o discurso e as práticas são fascistas. Estamos vivendo uma espécie de **neofascismo brasileiro**, com um agravante: é um discurso que se adensa e se propaga por meio do digital, das redes, do Telegram e do WhatsApp. Por isso ganhou força tão rapidamente por meio da disseminação de conteúdos de **desinformação** amplamente replicados e aceitos por determinados grupos sociais. Diria que é um neofascismo brasileiro de **sustentação digital**.

Revista Casa Comum: Muitos grupos ainda não aceitaram o resultado das eleições de 2022 e têm encampado atos públicos que vão da comédia pastelão à violência explícita. Isso deve se dissipar?

Sérgio Freire: Essa negação é explicada por vários estudos do comportamento das massas. Freud foi um deles. Wilhelm Reich também. As pessoas entram nos grupos para serem acolhidas e **ficam neles enquanto há sustentação**. No caso brasileiro, a sustentação veio do líder (Bolsonaro), da política (Centrão e políticos bolsonaristas), da religião (igrejas pentecostais) e do financiamento de empresários contrários às ideias de esquerda.

Toda **essa sustentação ruiu ou está ruindo**. Bolsonaro perdeu a eleição, o Centrão já migrou como sempre, os políticos bolsonaristas vão ser residuais no Congresso, os pastores já retiraram o apoio e já sinalizam ao novo governo porque não vivem à margem do Estado e o financiamento pelos empresários está minguando pelas ações do STF. Logo, essas pessoas vão ficar abandonadas e **os grupos vão se dissipar**.

Revista Casa Comum: O governo eleito para a Presidência da República tem qual papel para apaziguar os ânimos? Você acredita que o diálogo com os extremistas e seus seguidores é possível?

Sérgio Freire: O novo governo tem a função de governar e fazer um resgate do caráter republicano das instituições. Não é sua função dialogar com quem não cumpre a lei, mas **fazer cumprir a lei**. Não é uma opção política, mas uma obrigação legal fazer o *enforcement* [aplicação] de punições a crimes tipificados. Passar pano, como se diz, a esse tipo de **comportamento criminoso e antidemocrático** seria algo extremamente nocivo à tarefa de reorganização democrática do país.

Revista Casa Comum: Parecem existir camadas que marcam a clara diferença entre progressistas e simpatizantes da extrema direita. Para ficar nos mais óbvios: mulheres e homens; pretos e brancos; nordestinos e sulistas. Quais análises são possíveis quando observamos essas dicotomias na orientação política da população?

Sérgio Freire: O discurso fascista é excludente. O discurso progressista é inclusivo. Essa é a grande diferença. Enquanto o fascismo quer a supressão do outro, o discurso democrata quer a superação da diferença para uma convivência social nas diferenças. A dicotomização só é interessante à extrema direita, **é o nós versus ele**. Hoje é preciso entender as questões sociais na sua complexidade por meio da **interseccionalidade**, que é levar em consideração mais de uma variável nas análises sociais.

Revista Casa Comum: Qual o lugar das igrejas evangélicas neopentecostais nesse cenário de crescimento exponencial do conservadorismo?

Sérgio Freire: No Brasil, essas igrejas têm um papel diferenciado na **sustentação do discurso de extrema direita** e reacionário. Elas desempenham um papel político conveniente, que lhes beneficia política e financeiramente. Historicamente sempre foi assim. Mas, nessa eleição, o uso político das igrejas foi mais aberto e creio que foi porque os **benefícios recebidos pelo governo Bolsonaro** foram bem maiores. Eles agora vão ter um grande trabalho de se reconstituir a partir do **necessário alinhamento com o novo governo**.

Revista Casa Comum: Veremos, ainda este ano, um Brasil menos dividido? Isso depende de quê?

Sérgio Freire: Precisamos resgatar a **pluralidade como algo desejável** na sociedade. Bateu-se muito numa "polarização" que dividiu de fato o país, numa divisão ruim porque é uma divisão que trata o outro como um problema a ser eliminado e não o outro diferente que pode ajudar, na diferença, a construir uma sociedade melhor. Penso que pela **desinstitucionalização do discurso da extrema direita**, com a saída de Bolsonaro, poderemos avançar nesse processo de recuperação do laço social perdido.

Revista Casa Comum: Por fim, a camisa verde-amarela algum dia voltará a ser um símbolo de todos os brasileiros?

Sérgio Freire: Sem dúvida. O discurso fascista tem como característica a apropriação dos símbolos nacionais por meio de um nacionalismo exagerado. Mas, com o **esfarelamento da sustentação do discurso**, pelo enfraquecimento de seus alicerces, haverá ressignificação e reapropriação dos símbolos de brasilidade para além de um grupo específico, que **o sequestrou**. A Copa já ajudou bastante nisso, embora algumas pessoas ainda estendessem a bandeira ressaltando que "É pela Copa, hein!". O novo clima político do país também vai ajudar, a médio e longo prazos, no **resgate de uma brasilidade** necessária para o país.



Pela Copa - Carlos Latuff / Reprodução Brasil de Fato

DE OLHO EM QUEM NOS REPRESENTA: LIDERANÇAS PARA SE INSPIRAR NA LUTA POR DIREITOS

Por Dayse Porto

O ano de 2023 chega trazendo ventos de **esperança** para o Brasil e para a **nossa Casa Comum**. Também vem repleto de **desafios** estruturais e antigos, assim como as **relutâncias** de representantes do projeto político que governou o país nos últimos anos e saiu derrotado nas eleições presidenciais de 2022.

Elegemos o Congresso mais conservador da história e será necessário **construir trincheiras amplas e diversas para barrar tendências que ameaçam nossa democracia** e restringiram uma série de direitos no último período. Para reconstruir o Brasil, precisamos conhecer e apoiar **lideranças que atuam em defesa dos direitos humanos e socioambientais** em diferentes frentes.



CONHEÇA ALGUMAS DELAS

Givânia Maria da Silva, cofundadora da CONAQ

• **Quem é?** Criada no quilombo de Conceição das Crioulas (PE), Givânia é a primeira pessoa de sua comunidade a entrar para a faculdade e também se tornar professora. Graduada em Letras, mestre em políticas públicas e gestão da educação e doutoranda em Sociologia, Givânia é uma das principais representantes das comunidades tradicionais de quilombos do país e foi uma das fundadoras da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

• **O que esperar?** No final de 2022, Givânia foi anunciada para a equipe de transição do governo Lula, integrando o grupo responsável por pautas de igualdade racial. A expectativa é que ela continue apoiando o governo em temas relacionados a políticas raciais.

- Conheça em: conaq.org.br

- Siga em: [@givaniaoficial](https://twitter.com/givaniaoficial)



Ediane Maria, a primeira doméstica e sem-teto e ser eleita deputada em São Paulo

• **Quem é?** Com uma proposta de "candidatura preta e popular", Ediane foi eleita deputada estadual pelo PSOL-SP com mais de 175 mil votos na eleição de 2022. É a primeira trabalhadora doméstica a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e também a primeira representante do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto (MTST) na casa. Pernambucana que migrou ainda na juventude em busca de uma vida melhor na capital paulista, Ediane tem quatro filhos e entrou na luta por moradia em 2017, como acampada do MTST, e, até 2022, coordenou a ocupação Maria da Penha, em Guarulhos.

• **O que esperar?** Ediane é representante dos sem-teto e as pautas relacionadas à luta por moradia e reforma urbana terão centralidade em seu mandato, assim como os direitos das trabalhadoras domésticas e racismo.

- Conheça em: edianemariamtst.com.br

- Siga em: [@EdianeMariaMTST](https://twitter.com/EdianeMariaMTST)





Célia Xakriabá, a primeira deputada federal indígena eleita por Minas Gerais

• **Quem é?** Célia tinha somente 13 anos quando entrou pela primeira vez no Congresso Nacional para fazer um pronunciamento e, em 2022, aos 32 anos de idade, foi eleita com mais de 100 mil votos pelo PSOL-MG. Já atuou como assessora parlamentar da deputada federal Áurea Carolina e na Secretaria de Educação de Minas Gerais, onde colaborou com o desenho de políticas públicas para a educação escolar diferenciada e com a abertura de escolas indígenas, quilombolas e rurais em todo o estado.

• **O que esperar?** Entre as propostas de Célia, estão a demarcação dos territórios indígenas e titulação dos quilombos, a reforma agrária e urbana e o reconhecimento de profissionais indígenas e quilombolas da educação.

- Conheça em: www.celiaxakriaba.com

- Siga: [@celia.xakriaba](https://www.instagram.com/celia.xakriaba)



Renato Freitas, um político “por acidente” em Curitiba

• **Quem é?** Filho de uma empregada doméstica que entrou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, viveu sua juventude em cidades da Região Metropolitana de Curitiba e na periferia da capital paranaense. Eleito vereador pelo PT-PR, enfrentou um processo de cassação do mandato por um ato contra o racismo em uma igreja e, após uma intensa campanha de resistência, o processo foi anulado e o jurista de 39 anos foi eleito deputado estadual pelo Paraná com mais de 57 mil votos.

• **O que esperar?** Renato luta pelos direitos de negros e negras, contra o racismo e o genocídio da juventude periférica de forma interseccional em três frentes principais: educação, moradia e segurança pública.

- Conheça em: www.renatofreitasjr.com.br

- Siga em: [@renatofreitasumdenos](https://www.instagram.com/renatofreitasumdenos)



Paloma Costa, jovem brasileira que é conselheira sobre o clima na ONU



• **Quem é?** A assessora do Instituto Socioambiental (ISA) já discursou na Cúpula do Clima da ONU ao lado da sueca Greta Thunberg e integra o grupo dos jovens que fala com o chefe das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. Aos 29 anos, foi uma das representantes do Grupo de Trabalho de Juventudes da Concertação pela Amazônia no painel sobre Justiça Climática e Florestas, na COP-27, em parceria com o Greenpeace Brasil.

• **O que esperar?** Paloma é uma das lideranças da juventude que estão na linha de frente em defesa da pauta socioambiental no Brasil e deve continuar integrando o Grupo Juvenil de Aconselhamento sobre Mudança Climática do Secretário-Geral da ONU.

- Conheça em: news.un.org/pt/tags/paloma-costa

- Siga em: [@pcopaloma](https://www.instagram.com/pcopaloma)



A BANCADA MAIS JOVEM DA HISTÓRIA

Os retrocessos dos últimos anos têm levado jovens a se engajar cada vez mais cedo em causas sociais. Em 2022, além do aumento recorde do eleitorado de 16 e 17 anos, também houve **crescimento no número de jovens eleitos** para cargos políticos. Confira alguns:



Ana Júlia Ribeiro

- **Quem é?** A estudante viralizou ao defender, em 2016, as ocupações em escolas contra os cortes na educação, fazendo um discurso que rodou o país e o mundo. Seis anos depois, aos 22 anos, ela voltou à Assembleia Legislativa, eleita deputada estadual mais jovem da história do Paraná, com mais de 51 mil votos pelo PT-PR.

- **Pautas:** Educação pública de qualidade, emprego e renda digna, mais direitos para as mulheres e para as juventudes.

- Siga em: [@najulia.ribeiro](https://www.instagram.com/najulia.ribeiro)



Dani Monteiro

- **Quem é?** Nascida no Morro de São Carlos, comunidade do Rio de Janeiro, tem 31 anos e é uma das "sementes" deixadas por Marielle Franco. Ex-assessora do mandato da vereadora assassinada, Dani é militante dos direitos humanos, da luta LGBTQIA+, direito à cidade, atuou no movimento estudantil e no Movimento Negro Unificado e, em 2022, foi reeleita deputada estadual pelo PSOL-RJ com mais de 50 mil.

- **Pautas:** Cultura, mulheres, direitos humanos, juventudes e transparência pública.

- Siga em: [@danimonteiro.psol](https://www.instagram.com/danimonteiro.psol)



*Todas as imagens da matéria foram retiradas de mídias digitais das lideranças citadas e/ou de suas organizações.



Rosa Amorim

• **Quem é?** Nascida no Assentamento Normandia, em Caruaru (PE), Rosa começou a vida política como “sem-terrinha” - forma com que as crianças do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MTST) são chamadas. Aos 25 anos, a jovem negra e lésbica foi eleita deputada estadual pelo PT-PE com mais de 42 mil votos.

• **Pautas:** Reforma agrária, agricultura familiar, direitos das mulheres e população LGBTQIA+, políticas para educação e cultura.

- Siga em: [@rosamst_](https://www.instagram.com/rosamst_)



Erika Hilton

• **Quem é?** Com mais de 50 mil votos, foi a vereadora mais votada do Brasil nas eleições de 2020 e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Dois anos mais tarde, aos 29 anos de idade, se tornou a primeira mulher transexual eleita deputada federal pelo PSOL-SP com mais de 256 mil votos.

• **Pautas:** Direitos e políticas para população LGBTQIA+, mulheres, moradia e educação.

- Siga em: [@hilton_erika](https://www.instagram.com/hilton_erika)



Matheus Gomes

• **Quem é?** Jovem negro, militante desde o ensino médio, em 2013, ganhou notoriedade devido a sua atuação nas mobilizações de rua e, anos mais tarde, foi eleito o vereador mais jovem de Porto Alegre. Atualmente, com 31 anos, foi o quinto deputado mais votado em seu estado, eleito com mais de 82 mil votos como deputado estadual pelo PSOL-RS.

• **Pautas:** Enfrentamento ao racismo, defesa do meio ambiente e valorização da cultura.

- Siga em: [@matheuspggomes](https://www.instagram.com/matheuspggomes)



EM PAUTA

“É IMPOSSÍVEL UM PAÍS AVANÇAR SE MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO FICAR PARA TRÁS”, ENFATIZA VIVIANA SANTIAGO

Ativista afirma que o combate ao racismo e ao fascismo parte da luta por justiça, reparação e democracia. A ministra indígena destaca que a invisibilidade secular impactou diretamente as políticas públicas do Estado.

Por Elvis Marques

Em 2023, completam-se **20 anos desde a criação** da primeira Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil, implantada no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após séculos de escravidão no país, o último do mundo a abolir esse tipo de regime. Foi o que lembrou, em seu discurso como **ministra de Estado da Igualdade Racial**, Anielle Franco, em janeiro deste ano.

“Daremos um passo à frente na institucionalização da **luta política antirracista** com esse ministério, trazendo o racismo para o debate público e institucional de um modo até então não vivenciado na política brasileira, uma conquista **fruto das mobilizações sociais incessantes** que antecederam e culminaram neste momento”, disse, ao tomar posse, Anielle, educadora, fundadora do **Instituto Marielle Franco**, é irmã da vereadora que foi defensora de direitos humanos e assassinada no Rio de Janeiro em 2018.



Posse das ministras dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e da Igualdade Racial, Anielle Franco. Foto: Valter Campanato / Agência Brasil



Juntamente com Anielle, tomou posse como **ministra de Estado dos Povos Indígenas**, Sonia Guajajara, em uma cerimônia recheada de simbolismos. Sonia é a primeira mulher indígena no primeiro escalão de um Governo Federal, e assume o comando de uma **pasta recém-criada**, promessa de campanha do presidente eleito, após mais de 500 anos de ataques recorrentes aos **povos originários**, seus territórios e modos de vida.

"A invisibilidade secular que impacta e impactou diretamente as políticas públicas do Estado é fruto do racismo, da desigualdade e de uma **democracia de baixa representatividade**, que provocou uma intensa invisibilidade institucional, política e social, nos colocando na triste paisagem das sub-representações e subnotificações sociais do país. **São séculos de violências e violações** e não é mais tolerável aceitar políticas públicas inadequadas aos corpos, às cosmologias e às compreensões indígenas sobre o uso da terra", manifestou, durante a posse, Sonia, originária da Terra Indígena Araribóia (MA).

"Nunca mais um Brasil sem nós"

O que essas duas mulheres têm em comum, além do verbo lutar correndo em seus corpos, é o desejo, já externado para a imprensa e ao próprio presidente Lula, de que esses ministérios sejam **fortes, transversais e com bons recursos financeiros** para a necessária formulação, desenvolvimento e implantação de políticas públicas nacionais.

"Acredito que os ministérios são estratégicos, porque é um recado que se dá para a sociedade do compromisso com os temas, e os coloca em lugares que são incontornáveis. E para que de fato eles possam atuar estrategicamente é preciso ter uma dotação orçamentária significativa", analisa **Viviana Santiago**, mulher negra, professora, ativista dos movimentos de mulheres negras, uma das maiores especialistas em questões de gênero e raça do país e colunista dos portais AzMina e Lunetas.

"Falando especificamente da questão racial, sabemos que as demandas são muito caras. Penso que a atuação desse

ministério [Igualdade Racial] se dê no intenso diálogo de integração da agenda nos demais ministérios, pois precisamos construir **políticas públicas que sejam interseccionais**", aposta Viviana, que também é conselheira consultiva da **Revista Casa Comum**.

>> Acompanhe a atuação da ministra Anielle Franco (@aniellef Franco) e da ministra Sonia Guajajara (@guajajarasonia) e saiba mais sobre o Instituto Marielle Fraco em **institutomariellefranco.org**



Rigor da lei

Durante o evento de posse das ministras no Palácio do Planalto, o presidente Lula sancionou o Projeto de Lei 14.532, aprovado em dezembro no Congresso Nacional, que equipara injúria racial ao crime de racismo, sendo agora inafiançável e imprescritível, prevendo detenção de dois a cinco anos.

>> Saiba mais sobre o projeto: bit.ly/CasaComum_E4_46

Caminhos para inclusão e participação social

Foto: Arquivo pessoal



Em entrevista à **Revista Casa Comum**, Viviana relembra episódios graves de racismo com repercussão internacional, como o caso do norte-americano George Floyd, morto asfixiado, diante de inúmeras câmeras, pela polícia estadunidense. O crime ressoou no mundo, com manifestações e pres-

são em governos por políticas antirracistas mais efetivas. No Brasil, episódios semelhantes continuam a acontecer dia após dia, principalmente nas periferias.

Para mudar realmente a realidade, Viviana expõe a necessidade de ir além de um "trabalho 'epidêmico', de apenas colocar um pouco mais de cor nas paletas, seja em órgãos públicos, empresas ou organizações. **Precisamos de mais níveis de comprometimento.**"

Em diálogo com as críticas que as organizações têm recebido pela forma com que incorporaram as **políticas de Diversidade e Inclusão**, Viviana acredita que é preciso muito mais que apenas garantir a entrada de pessoas negras no mercado de trabalho. "No setor corporativo, temos exemplos de empresas que passaram completamente por reestruturações, fazendo diagnósticos e ampliando a quantidade de pessoas negras em suas equipes. Isso é importante, mas percebemos que não é suficiente, porque é preciso planos

de carreira e de entender como e em qual ambiente essas pessoas estão atuando.”

A professora entende que, para a **promoção efetiva da equidade racial**, é importante falar da necessidade de uma **mudança de cultura**, “não apenas em alguns aspectos, a cultura permeia tudo que qualquer instituição faz. Essa questão não pode ficar restrita ao 20 de novembro [Dia da Consciência Negra]. O fato é que esse tema é o tema do dia. Nesse processo, precisamos de **mecanismos na política pública** para que sejam mais eficientes.”

“Existem mudanças que só acontecem a partir de uma legislação federal, mas sem perder de vista a interiorização de sua agenda”

Já no âmbito dos povos originários, Sonia Guajajara aposta na **composição de uma equipe plural** sob o guarda-chuva do Ministério dos Povos Indígenas e autarquias, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) - cujo nome foi alterado - que agora é chefiada pela primeira deputada federal indígena Joênia Wapichana. Confira algumas prioridades anunciadas:

- Recriação do **Conselho Nacional de Política Indigenista** (CNPI), com a proposta de inovação na governança de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, com maior participação social no poder Executivo;
- Prioridade em **tratar de questões estruturais** como o desmatamento, o garimpo ilegal e a grilagem, que provocam intoxicação por mercúrio e agrotóxicos, aumentam a insegurança alimentar e ameaçam de extinção os povos isolados e de recente contato;
- Atuação na **demarcação de territórios**, proteção e gestão ambiental e territorial, acesso à educação de qualidade, acesso e permanência à universidade pública, gratuita e de qualidade, ampla cobertura e acesso à saúde integral.

A Lei de Cotas

A Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas Raciais, sancionada durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), após intensa mobilização social, caminha para 11 anos desde a sua sanção em 2012. Apesar da comprovada importância da lei para a **entrada de pessoas negras e indígenas no ensino superior**, movimentos sociais apontam a necessidade de **revisá-la e adequá-la** à atual realidade brasileira.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que a maioria da população brasileira **se declara preta ou parda, 55,8%**. Segundo o IBGE, em 2018, o número de matrículas de estudantes pretos e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou, pela primeira vez, o de brancos, com um total de 50,3% dos estudantes do ensino superior público.

Antes da lei federal, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb), há 20 anos, já adotava as cotas raciais em seus quadros, implementadas pela primeira reitora negra da instituição de ensino, Ivete Alves do Sacramento.

>> Conheça a Campanha **#GeraçãoCotasRaciais** em cotasraciais.org

Horizonte de mudanças

“A discussão sobre a promoção da equidade racial não é voltada apenas para a população negra, é uma questão de interesse do país enquanto um todo.”

Por isso, Viviana Santiago aponta alguns desafios e oportunidades para **fortalecer a agenda de equidade racial no Brasil**:

- A **municipalização dessa pauta**: é importante que ela tenha presença e atuação nacional, mas o governo precisa atuar por sua interiorização, de modo que ela chegue no dia a dia da população;
- **Ampliar o debate com a sociedade brasileira** sobre o que significa a Lei de Cotas e seu impacto para as populações negra e indígena, sobretudo no que diz respeito à entrada no ensino superior;
- **Desmistificar o atual cenário** de que as fraudes no sistema de cotas seria culpa da lei e da população negra;
- Garantir a **responsabilização das pessoas que fraudam** ou tentam burlar a atual legislação;
- Investigar o **apagão de dados sobre a questão racial** nos últimos, como o atraso na realização do Censo do IBGE.

“Promover o desenvolvimento da população negra é incidir no desenvolvimento do país.

É preciso fazer um enfrentamento ao racismo na vida da população negra, seja no âmbito privado, corporativo, das escolas, em todos os âmbitos da vida do sujeito.

Porque o racismo acontece em todos os âmbitos, **ele é estrutural**, e faz com que a necropolítica seja implementada.”



Para ler, para ver e para ouvir:

- 10 anos depois, é hora de revisar a Lei de Cotas: bit.ly/CasaComum_E4_47
- Lei de Cotas: quais os próximos passos para a inclusão?: bit.ly/CasaComum_E4_48
- TCU constata deficiências no monitoramento e na avaliação da política de cotas e solicita providências ao MEC: bit.ly/CasaComum_E4_49
- O que diz a Lei de Cotas?: bit.ly/CasaComum_E4_50

EM PAUTA

CIÊNCIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO É CAMINHO PROMISSOR PARA COMBATER DESINFORMAÇÃO E NEGACIONISMO

É o que afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências. Educação científica para todos, mais investimento em pesquisas e no acesso a universidades são caminhos para uma sociedade que confie, respeite e valorize as ciências.

Por Maria Victória Oliveira

Ao contrário do que muitos podem pensar, o **negacionismo** - quando uma ou mais pessoas não aceitam, negam e recusam realidades e fatos comprovados - e outras correntes que estão ganhando força mundo afora não são novidade. A verdade é que, além de trazer benefícios, o avanço das tecnologias também possibilita que **desinformações** circulem mais rapidamente, o que, em situações extremas, como a pandemia de Covid-19, pode contribuir para o agravamento do cenário.

Mas, mesmo diante de ataques e falta de financiamento, a **ciência brasileira** vem provando, sucessivamente, que está **entre as melhores do mundo**. Em fevereiro de 2020, um grupo de pesquisadores brasileiros do Instituto Adolfo Lutz

(IAL) e do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo (IMT-USP) conseguiu, em apenas 48 horas, **sequenciar o genoma do coronavírus** a partir de um dos primeiros casos confirmados, igualado apenas ao Instituto Pasteur, na França.

Foi, inclusive, durante a pandemia, que inúmeros profissionais da saúde, pesquisadores e especialistas foram atacados e desacreditados por pessoas e movimentos que desconsideram e menosprezam comprovações científicas e questionam sua veracidade.

Infodemia

Com a pandemia de Covid-19, a informação se transformou em uma ferramenta ainda mais indispensável para o conhecimento sobre **questões de saúde pública**. Isso se deu, pois a disseminação de informações incorretas a respeito do coronavírus e da prevenção da doença teve, em grande parte, o objetivo de influenciar a tomada de decisão dos cidadãos por se vacinar ou não.

- De acordo com o estudo *União Pró-Vacina*, entre maio e julho de 2021, houve um aumento de 383% na publicação de conteúdos de **desinformação contra a vacina** para o coronavírus, abordando temas como: conspirações, perigo e ineficácia, alteração de DNA, Bill Gates, fetos abortados, aplicação de *chips* e outros.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E4_01



- Segundo a cartilha **Como a desinformação impacta políticas públicas**:

- Pelo menos 110 milhões de brasileiros **já caíram** em notícias falsas sobre a pandemia;
- 82% dos brasileiros se sentem **preocupados com a circulação de notícias e informações falsas**, o que torna o país o mais preocupado do mundo com as *fake news*;
- 62% dos brasileiros **não sabem reconhecer notícias falsas**, estando, portanto, vulneráveis às distorções da realidade.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E4_02

- Já o estudo da Avaaz **Algoritmo do Facebook: uma grave ameaça à saúde pública** aponta que não se trata de um desafio apenas para o Brasil, visto que:

- **Redes globais de desinformação em cinco países** - Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Itália - geraram cerca de 3,8 bilhões de visualizações;
- Conteúdos do **top 10 sites** que espalham desinformação sobre saúde tiveram **quase quatro vezes mais visualizações** estimadas no Facebook do que conteúdos equivalentes entre os 10 sites de instituições de saúde, como a Organização Mundial da Saúde.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E4_03

Nesse contexto de ataque a dados validados e exaltação de informações repassadas por correntes em aplicativos de mensagem, **Helena B. Nader**, biomédica, professora titular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e primeira presidente mulher da Academia Brasileira de Ciências (ABC), comenta sobre a quase indissociação entre ciência, educação e cidadania e a complexidade dessa relação.

Isso se dá porque, para que um cidadão possa exercer sua cidadania, precisa compreender e saber ler esse mundo complexo atual, o que pressupõe, inclusive, reconhecer e entender que está **rodeado de ciência**.

Apesar de acreditar que é a educação que poderá, realmente, dar condições para o exercício da cidadania, a biomédica traz um contraponto à sua própria posição. "É interessante notar que muitos desses 'negacionistas' tiveram educação superior, mas se deixaram levar por motivações políticas. Esse negacionismo da ciência é consequência de visões deturpadas de uma parte da sociedade, o que nos dá um alerta de que somente a educação não será suficiente."

Ciência para quem não é cientista

Para a especialista, uma estratégia fundamental de enfrentamento ao negacionismo é o **investimento na educação científica**, que vale para todos, e não somente para quem pretende, um dia, seguir carreira na área.

"A educação científica traz a hipótese e o raciocínio e não aceita tudo como verdade absoluta. Ela possibilita olhar o mundo de outra forma. Compreender, pelo menos, o mínimo sobre como funcionam determinadas coisas, traz uma melhor convivência com os próximos e com a sociedade, o que é fundamental", aponta Helena.

A biomédica cita casos de países que estão investindo em experiências de raciocínio científico com crianças pequenas. Por começar tão cedo, a ideia não é criar futuros cientistas, mas sim **contribuir para a formação** de cidadãos que compreendam notícias em um jornal ou a bula de um remédio, por exemplo.

Rayane Teles Alves, licencianda em Física pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e membro do grupo de pesquisa LOGOS, que desenvolve estudos nas áreas de epistemologia e ensino das ciências, reforça que, além de **permitir o contato direto** com temas relacionados à área, necessários para o dia a dia, a educação científica possibilita o aprendizado de conhecimentos que proporcionam o desenvolvimento de habilidades essenciais para diferentes aspectos da vida.

"Ao nos colocarmos frente a problemas científicos, faz-se necessário que pratiquemos tomadas de decisões, que sejamos mais conscientes e tenhamos um maior discernimento daquilo que estamos por resolver. Assim, desenvolvemos experiência para lidar com situações diferentes, mas que exigem as mesmas habilidades e *expertises*. Ao estudarmos ciência, começamos a perceber o quanto ela está interligada com diferentes esferas da sociedade e tipos de conhecimento, e que ela não está presa dentro de si."



Movimentos populares se reúnem na Praça Sete, em Belo Horizonte (MG), em 2021, pela continuidade da CPI das vacinas. Foto: Isis Medeiros

Do “cientifiquês” para o português

Diversos cientistas, estudiosos e especialistas procuraram comunicar, de forma acessível, sobre conceitos como imunidade de rebanho, doses de reforço, pacto social, hidroxicroquina, ivermectina, entre tantos outros durante a pandemia. Apesar de os esforços serem válidos, Helena aponta que mais profissionais da área devem **aprender a dialogar com a sociedade**. “As pessoas precisam ter direito ao acesso às melhores informações e de forma simplificada.”

Para Rayane, essa divulgação é uma forma de **despertar mais interesse** pelas ciências, já que, com a internet, além de divulgações qualificadas nas redes sociais, é possível visitar os repositórios acadêmicos e ter contato com o que está sendo desenvolvido por cada universidade. Apesar dessas facilidades, ela reforça a importância da **intencionalidade** na divulgação científica.

“Por meio do investimento massivo em projetos e programas voltados para a divulgação, a população pode ter maior proximidade com o conhecimento produzido, possibilitando o aprendizado de questões relacionadas à natureza da ciência, o que, por sua vez, minimizaria o negacionismo e a disseminação de notícias falsas”, afirma.

Urgência do fomento

Nos últimos anos, não foi incomum depararmos com manchetes anunciando cortes de financiamento a instituições públicas de ensino, o que dificultou ainda mais um

cenário já desafiador de fazer ciência no Brasil. Entretanto, governos anteriores reconheceram a importância de iniciativas de divulgação, como a **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia** (SNCT), criada em 2004.

“O que me preocupa é que cada um que entra no governo tem uma visão diferente sobre o que fazer em termos de educação e ciência, que, então, ficam sempre à mercê de quem está com a caneta e, muitas vezes, essas pessoas acham que isso não serve para nada, como o que aconteceu nos últimos anos”, ressalta Helena.

A especialista comenta sobre a diferença de abordagem entre o Brasil e outros países, que tratam as duas áreas como **investimentos de longo prazo**, e não gastos. “Todo mundo acreditou que a vacina foi feita em tempo recorde, o que não é verdade. Já existia todo o conhecimento acumulado, bastou adaptar o imunizante para o coronavírus.”

Para que conquistas como essa sejam possíveis, são necessários investimentos para acesso à universidade. Para Helena, por mais que a Lei de Cotas tenha ajudado nesse sentido, a **diversidade no ensino superior** está novamente sob ameaça diante de cortes de bolsas, por exemplo. O distanciamento da escola pública do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio, também preocupa.

“Tudo o que levamos muitos anos para construir foi rapidamente destruído. São coisas que o novo governo terá que olhar com profundidade. O Brasil está ficando mais velho. Ou olhamos para a população jovem agora e nos próximos 10 anos ou teremos problemas graves no futuro de um grupo altamente desempregado e não qualificado no sentido da habilidade profissional”, completa.

NA PRÁTICA

EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA A IMPRENSA E *FAKE NEWS*, INICIATIVAS BUSCAM GARANTIR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ACESSO A INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

Por Maria Victória Oliveira

Grupo da IV Oficina de Formação da Rede Wayuri, reunido em São Gabriel da Cachoeira (AM). Foto: Diana Gandara / ISA



Somente nos sete primeiros meses de 2022, houve **66 registros de agressões graves a jornalistas**, um crescimento de 69,2% se comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)**.

A esse cenário de ataques a comunicadores, soma-se uma verdadeira enxurrada de **informações falsas**, movimento que ganhou força durante a pandemia de Covid-19 com a divulgação de *fake news* envolvendo a vacina e a real intenção de governos por trás da aplicação do imunizante e questionando, até mesmo, a existência do coronavírus. De acordo com a pesquisa **As Fake News estão nos deixando doentes?**, realizada pela Avaaz, **quase sete em cada dez brasileiros (67%)** acreditaram em, pelo menos, uma declaração factualmente imprecisa sobre vacinas.

Além da possibilidade de serem enganados por meio de mensagens falsas, o estudo **Juventudes e Democracia na América Latina**, realizado com jovens de 16 a 24 anos de Argentina, Brasil, Colômbia e México, aponta o receio da juventude diante do contexto de **intensa polarização** no país, principalmente nas eleições de 2022. Houve, inclusive, divergências sobre o período da ditadura militar, encarado por alguns como um “regime militar de proteção do povo brasileiro diante das ameaças comunistas, e não uma ditadura militar.”

Os três desafios têm um ponto comum: **a comunicação**. Não é possível falar em democracia sem uma sociedade civil forte, capaz de se articular, acompanhar e cobrar deveres e responsabilidades do poder público. Para isso, entretanto, se faz necessária uma imprensa livre, a proteção e a garantia de direitos aos profissionais de comunicação, bem como uma população capaz de navegar e analisar de forma crítica todos os tipos de informação que circulam no mundo *online*.

Diversas iniciativas têm sido desenvolvidas, nos últimos anos, para superar essas barreiras, por meio de cursos e formações, por exemplo, para que os educadores saibam ensinar seus estudantes a consumir e produzir conteúdo na internet com responsabilidade, assim como projetos para proteger aqueles que dedicam seu trabalho à **divulgação de informações confiáveis**. Confira algumas práticas e participe:

Formação para professores em educação midiática

A competência geral número 5 da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** aponta que estudantes devem compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Pensando em **apoiar educadores** do Ensino Fundamental na propagação da **educação midiática** enquanto **conjunto de habilidades** para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos - dos impressos aos digitais -, o **Instituto**

67% dos brasileiros = 7 a cada 10



acreditaram em mentiras sobre as vacinas

Palavra Aberta criou o **EducaMídia - Programa de Educação Midiática**.

O projeto, que conta com apoio da **Google.org**, visa difundir o tema e fornecer suporte e ferramentas para que crianças e jovens possam desenvolver habilidades necessárias para **consumir informações** de forma segura e responsável.

Para que os alunos possam ler criticamente, escrever com responsabilidade e participar ativamente, é importante que a educação midiática seja **trabalhada transversalmente** não em uma, mas em todas as disciplinas da escola. O portal oferece planos de aula com roteiros detalhados, seleção de cursos e materiais didáticos, um glossário e uma biblioteca com artigos, colunas e outras referências sobre o tema.

>> Acesse: educamidia.org.br

Rede Nacional de Proteção a Jornalistas e Comunicadores

O cenário de violência torna indispensável a existência de iniciativas como a **Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores**. Coordenada pelo **Instituto Vladimir Herzog** e pela **Artigo 19**, a Rede foi criada a partir de uma articulação entre organizações da sociedade civil com jornalistas e comunicadores de todo o Brasil.

A iniciativa tem como objetivo **promover maior engajamento e conexões mais eficientes** para combater o avanço de ataques e ameaças à liberdade de expressão e violências contra jornalistas e comunicadores a partir de um tripé composto por:

- **articulação** entre organizações, coletivos e pessoas que desejam atuar em defesa da liberdade de expressão;
- **formação** - encontros, oficinas e cursos - para jornalistas e comunicadores sobre temas como segurança digital, estratégias de autoproteção, orientações para cobertura eleitoral e de manifestações;
- **denúncias** de casos de ameaças e ataques a jornalistas e comunicadores.

Com apoio da organização **Repórteres sem Fronteiras**, do **Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social** e da **Associação Profissão Jornalista (APJor)**, a Rede divulga notícias sobre o tema, bem como disponibiliza cartilhas, relatórios e documentos em defesa da liberdade de expressão.

>> Saiba mais: rededeprotecao.org.br

Comunicação independente e alternativa

Diversas experiências de mídia independente ou alternativa, ou seja, veículos que não são mantidos por conglomerados ou grandes grupos de mídia, têm se espalhado pelo país, o que é fundamental para a garantia de **ampliação de vozes**, diversidade de olhares e, é claro, de informação que seja ainda mais próxima dos cidadãos. É nesse sentido que surgiram, nos últimos anos, por exemplo, veículos de comunicação produzidos pelos povos indígenas do Brasil, como:



Podcast Copiô, parente: Apresentado por Ester Cezar e Cristian Wariu, o **Copiô, parente** é o primeiro *podcast* feito para povos da floresta no Brasil. Produzido semanalmente pelo **Instituto Socioambiental (ISA)**, traz uma gama de notícias relacionadas aos povos indígenas, bem como decisões políticas que afetam e têm relação com os direitos dos povos tradicionais. Até hoje, já foram produzidos e divulgados mais de 260 episódios.

>> Ouça em: Spotify: bit.ly/CasaComum_E4_29

>> Acompanhe no Instagram: [@copioparente](https://www.instagram.com/copioparente)

Mídia Índia: Com 185 mil seguidores no Instagram e mais de 9 mil postagens, a Mídia Índia - A Voz dos Povos é um canal para divulgação de pautas e temas de interesse dos povos indígenas, que vão desde a garantia de direitos básicos, conservação e preservação da biodiversidade, representatividade na política, conquistas e avanços, participação de representantes

dos povos tradicionais em congressos e eventos nacionais e internacionais e outros assuntos.

>> Acompanhe no Instagram: [@midiaindiaoficial](https://www.instagram.com/midiaindiaoficial)



Rede Wayuri: Criada em 2017, a Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas atua no Rio Negro e é formada por cerca de 30 comunicadores de 11 etnias diferentes. Wayuri, inclusive, quer dizer trabalho coletivo ou mutirão, uma verdadeira força-tarefa para manter 70 comunidades de 23 povos indígenas da região bem informadas. A Rede conta com um *podcast* e produção de áudios e vídeos sobre política, economia, cultura, educação, saúde, juventude, mulheres, direitos e outros temas.

>> Conheça mais em: redewayuri.org.br

>> Acompanhe no Instagram: [@rede.wayuri](https://www.instagram.com/rede.wayuri)



Foto: Divulgação Rede Wayuri

Formação para lidar com a desinformação

Com uma linguagem jovem, o curso **Vaza Falsiane** foi criado para promover a compreensão, a identificação e o combate de notícias e informações falsas, manipuladas, fraudadas ou fora de contexto. A formação é organizada em 4 módulos e 26 subtópicos. É possível seguir a ordem indicada ou escolher quais conteúdos mais interessam.

Entre os principais assuntos abordados, estão: conceitos relacionados à informação e à desinformação, o mundo entre a verdade e a mentira, o mercado lucrativo de notícias falsas, como identificar e se aprofundar na descoberta de *fake news* e as ferramentas de diálogo para combatê-las, desinformação e política, sabotagem no combate à pandemia, entre outros.

Todo final de módulo conta com um vídeo-resumo, bem como PDF do conteúdo na íntegra e questionário de avaliação. Quem seguir a ordem proposta do curso recebe, ao

final, um **certificado de conclusão**. O portal traz, ainda, conteúdos como entrevistas, notícias e memes, todos com a missão de acabar com a desinformação.

>> Acesse: vazafalsiane.com

VAZA, FALSIANE!

EM PERSPECTIVA

AS JANELAS DE NOVOS MUNDOS

O descanso criativo depois do vendaval.

Por Nancy Cardoso*



Danilo Quadros / Arquivo Sefras

O governo e a sociedade brasileira têm, em 2023, um árduo trabalho de **recuperar a democracia** e a dignidade dos povos no campo e na cidade, o que deve se expressar em políticas de combate à fome e à garantia de direitos. Significa dizer deixar o povo e a terra “descansarem”.

Depois de anos de enfrentamento diário e exaustão social, afetiva, pessoal e coletiva, é hora do descanso. Não o descanso de fazer nada, mas o **descanso de criar condições** para que povo e a terra recuperem seu fôlego, recriem as condi-

ções – materiais e simbólicas – de vida. É uma alegria ver que há muita gente boa nas equipes de governo, que vem dos processos de radicalização da democracia e dos **espaços de participação social** na criação e na execução das políticas.

A *pausa*, o *descanso* e o *sossego* que precisamos experimentar – tanto no corpo pessoal, como no corpo social e no corpo do mundo – precisam ser fruto de vontades coletivas, políticas desejadas e espiritualidades radicais. Essa é a tarefa para as pastorais sociais e os grupos de espiritualidade da libertação.

Não será uma concessão ou um acaso inesperado, precisamos de *descanso* com os significados de *quebra, ruptura, fratura*, como **expressão política, cultural e espiritual** de uma vontade coletiva, de acordos plurais das maiorias de interromper a boca dentada do capitalismo.

Nada disso precisa de Bíblia ou teologia para acontecer. Mas, nós, que fazemos esse caminho a partir da fidelidade ao Evangelho de Jesus e ao Deus dos Pobres, revisitamos nossa memória de fé e luta e encontramos uma afirmação da boa nova para o tempo que se chama hoje.

“

Para uma vida digna em meio aos jardins criados por Deus, é preciso ‘viver de modo sabático’. Ao se descansar, abrem-se as janelas de novos mundos, para a sociedade, a fim de se superar a espoliação de pessoas e animais.”

Nas palavras do agora saudoso biblista latino-americano **Milton Schwantes**.

Deus descansa não como resultado ou fim do processo criativo: **o descanso é parte do processo**, dinâmica essencial da criação recriando-se continuamente. Uma demarcação de tempo que recria o espaço: e *Deus viu que tudo era bom*. Esse tempo de descanso é o lugar da contemplação do processo criado e em criação, é a qualidade de tempo interrompido que permite avaliar a qualidade do espaço e garantir não só seu funcionamento, mas também sua “bondade”, sua capacidade criativa de fazer o que é bom. O sábado não serve para nada, a não ser para esse respiro vital para seguir criando.

Como aponta o teólogo luterano Haroldo Reimer, “aqui se revela a noção de que a criação é o espaço de vida para todos os elementos do universo e que, além da necessidade de intervenção constante no ambiente, há a necessidade de tempos de pausa, de descanso, de ócio. Um famoso pensador judeu se expressou dizendo que o sábado da criação abre o mundo para a eternidade.” ⁽¹⁾

Existe uma insistência na dimensão necessária do descanso em diferentes escalas de tempo: o sábado na organização da semana e o sábado na organização do calendário ampliado na forma do ano sabático: “*Também seis anos semearás tua terra, e recolherás os seus frutos; mas ao sétimo a dispensarás e deixarás descansar, para que possam comer os pobres do teu povo, e da sobra comam os animais do campo. Assim farás com a tua vinha e com o teu olival.*” (Êxodo 23:10 e 11).

O sábado é a sabedoria dos povos na relação com a terra, fruto da convivência e dos saberes da necessidade de não

exaurir, não extenuar, não esgotar a capacidade recriadora: comer da terra sem devorar o mundo!

O sábado em suas diversas escalas temporais responde a **dois desafios básicos**: a necessidade de entender as demandas da terra e a capacidade de criar mecanismos de resolução das desigualdades sociais. Nesse sentido, os textos bíblicos precisam ser lidos a partir do chão, da terra, da agricultura e suas espiritualidades. A agricultura é parte de um conjunto de conhecimentos estabelecidos e metabolizados por grupos sociais na relação com a natureza.

Esse corpo de conhecimentos é constituído pelas formas de trabalho, de lazer, de mística, de produção de valor e de encantamento que são muito mais complexas que somente os processos de produção, distribuição e consumo.

As **vontades coletivas e as políticas desejadas** para esse novo tempo exigem de nós rupturas com os ciclos de doença e lucro e, também, a busca de espiritualidades radicais que afirmem os Direitos da Natureza. ⁽²⁾

Reconhecer esses direitos significa passar de uma abordagem antropocêntrica a uma sociobiocêntrica com o objetivo de ampliar o entendimento de direitos humanos com novas gerações de direitos, nesse caso, os da Natureza, como parte da emancipação permanente dos povos. ⁽³⁾

Como destaca Eduardo Galeano, a “*Natureza tem muito a dizer, e já está na hora de nós, seus filhos, não continuarmos a nos fazer de surdos. E talvez até Deus escute o apelo que ressoa a partir deste país andino – o Equador – e acrescente um décimo primeiro mandamento que foi esquecido nas instruções que nos deu no Monte Sinai: ‘Amarás a Natureza, da qual fazes parte.’*” ⁽⁴⁾

(1) Entrevista com Haroldo Reimer. “A terra, os pobres, os animais: uma visão ecológica da vida”. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E4_51

(2) Artigo de Alberto Acosta. “Por uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza. Reflexões para a ação”. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E4_52

(3) NACIONES UNIDAS, ASAMBLEA GENERAL, Armonía con la Naturaleza, Informe del Secretario General, 2018. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E4_53

(4) Artigo de Eduardo Galeano. “A natureza não é muda”. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E4_54

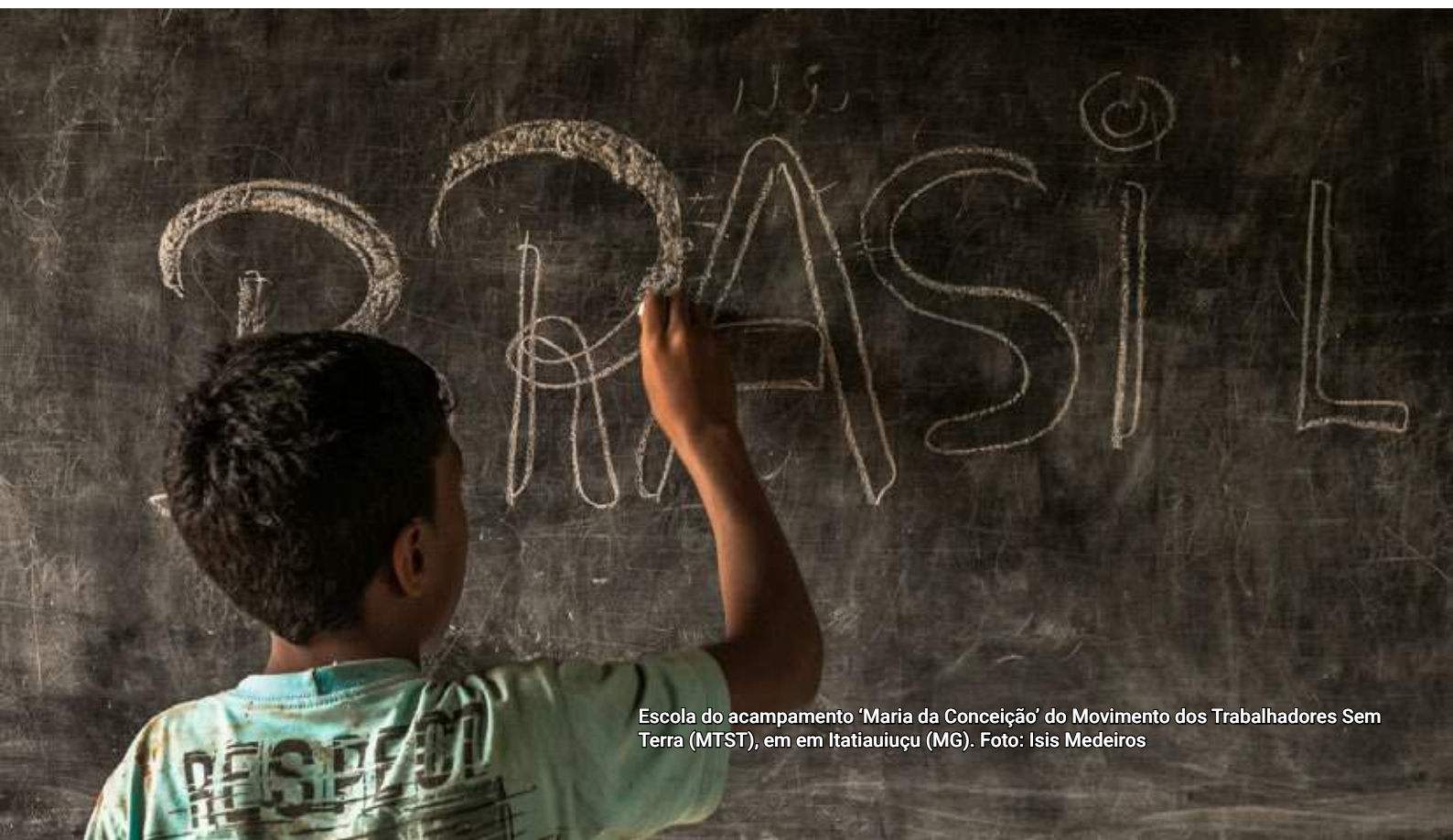
* **Nancy Cardoso** é teóloga feminista, assessora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) e professora visitante na Faculdade de Teologia da Universidade Metodista em Angola.

EM PERSPECTIVA

PARA SAIR DA BARBÁRIE E CONSOLIDAR A DEMOCRACIA BRASILEIRA

É fundamental garantir o direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade no Brasil.

Por Tânia Mara Dornellas dos Santos e Marcele Frossard*



Escola do acampamento 'Maria da Conceição' do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), em Itatiaiuçu (MG). Foto: Isis Medeiros

Os primeiros domingos de janeiro de 2023 foram marcados por dois eventos distintos que aconteceram em Brasília. O primeiro consolidou o resultado das eleições presidenciais, com a posse de Lula, e o segundo atesta como o autoritarismo, o extremismo e as ideias ultraconservadoras se espalham pelo país, com a invasão do Congresso Nacional e do Superior Tribunal de Justiça. Esses fatos demonstram que a **tarefa do novo governo será árdua**, principalmente em esclarecer que as ideias promovidas nos últimos seis anos são uma ameaça à democracia e à sociedade brasileira.

A **Campanha Nacional pelo Direito à Educação** defende que um dos caminhos para a consolidação da democracia brasileira e para vencer os desafios existentes é garantir o direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade no Brasil. Como afirmava Anísio Teixeira, é preciso educar para a democracia.

O negacionismo científico e o não reconhecimento do passado de autoritarismo no Brasil contribuem para a proliferação de ideias, posições e propostas **incompatíveis com os princípios democráticos**. Nesse contexto, a educação se tornou alvo sistemático do desmonte de políticas públicas.

O desfinanciamento da educação, o avanço da militarização nas escolas e a priorização da educação domiciliar têm sido estratégias adotadas para a implementação de um modelo de educação acríptico e antirreflexivo. Entre 2019 e 2021, a execução orçamentária da educação caiu R\$8 bilhões em termos reais e seguiu em evidente declínio em 2022. Mesmo em um cenário de pandemia, não houve novos recursos. A política de austeridade fiscal, especialmente a Lei do Teto de Gastos (EC 95/2016) inviabilizou a garantia do direito à educação. Embora o cenário seja preocupante, não é irreversível, mas **exige mudança de rumo** e compromisso político.

Observando os indicadores de monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014-2024, com relação à Educação Infantil, é possível afirmar que a Meta 1, que trata da universalização da Educação Infantil, provavelmente **não será alcançada**.

De 2014 a 2019, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentaram a escola/creche foi de 29,6% para 37%, ou seja, o ritmo de avanço médio está insuficiente para atingir esse objetivo até 2024. ⁽¹⁾

Com relação ao Ensino Fundamental, quando analisamos os dados sobre a permanência na escola, informações preliminares do Censo Escolar apontam que o país tem 758 mil alunos a menos matriculados na Educação Básica em 2022. O **acesso das crianças de 6 a 14 anos** caiu nos últimos dois anos, alcançando um nível menor que o observado em 2014, e o número das que não frequentam nem concluíram a etapa quase dobrou de 2020 para 2021, saltando de 540 mil para 1,072 milhão.

O Novo Ensino Médio, aprovado pela Medida Provisória 746/2016, resultou em uma reforma autoritária, que além de esvaziar os currículos, promove o **aprofundamento das desigualdades educacionais**, reduz a qualidade da educação ofertada, desregulamenta a profissão docente e compromete a qualidade do ensino público. ⁽²⁾

Os desmontes são evidentes também na Educação Superior que tem sido duramente impactada pelos cortes e restrições orçamentárias, inviabilizando programas, projetos e ações de inúmeras universidades.

Reconstruir é preciso

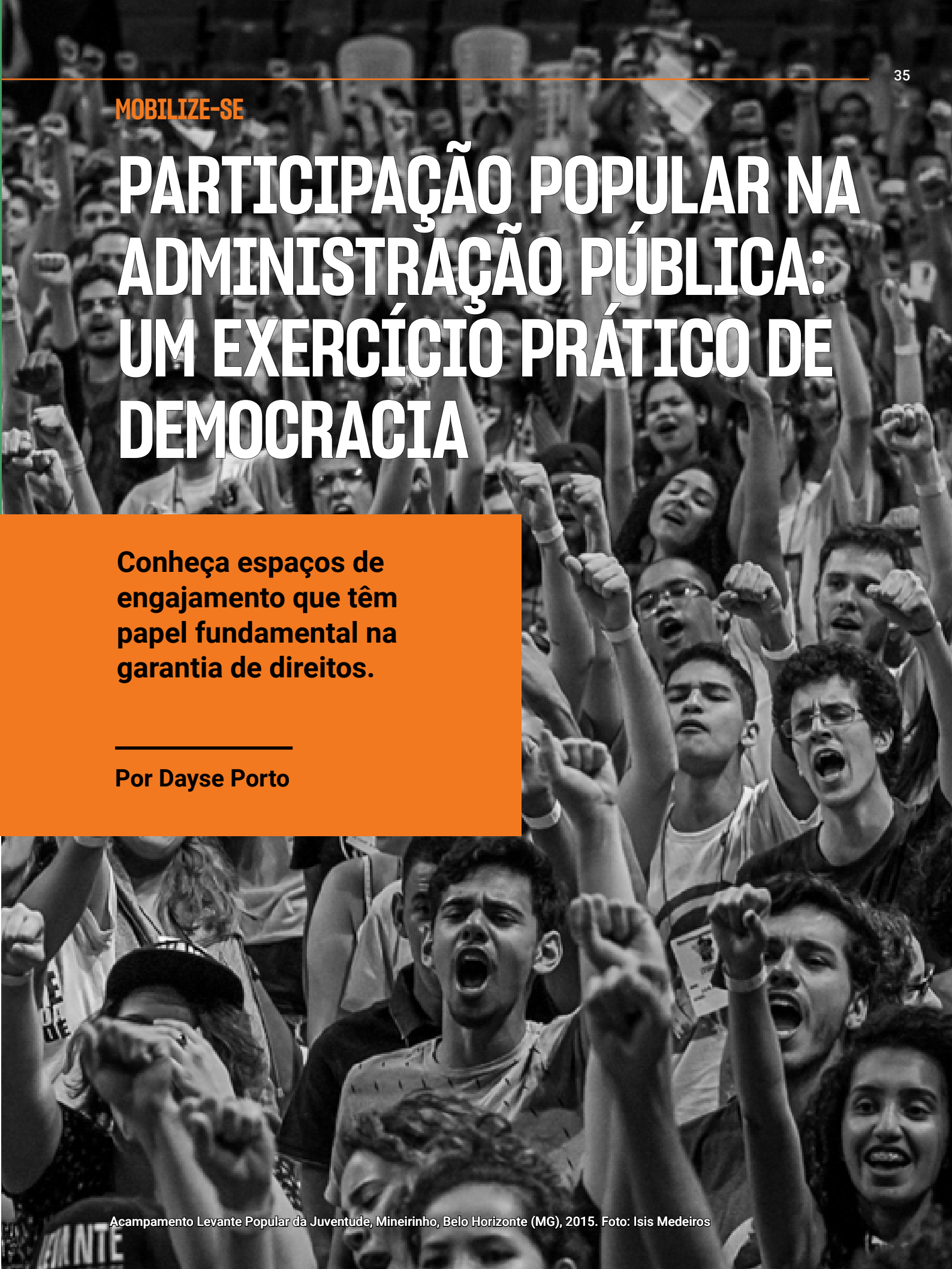
Para que a educação brasileira possa efetivamente contribuir para um projeto de país, no cenário de reconstrução, será preciso, dentre tantos desafios:

- **Revogar a Emenda Constitucional 95/2016 (Teto dos Gastos)**, retomando o investimento público adequado em políticas sociais e ambientais, com base no fortalecimento dos instrumentos de planejamento público de curto, médio e longo prazos;
- **Garantir a centralidade do Plano Nacional de Educação (PNE)**, como espinha dorsal da política pública de educação do país;
- **Recompôr o orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, estratégia para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes a partir da escola;
- **Recuperar os déficits de aprendizagem históricos** e aprofundados pela pandemia da Covid-19;
- **Recompôr o orçamento das universidades federais e dos Institutos Federais de Educação Superior (IFES)** e expandir a Educação Superior;
- **Coibir o aprofundamento de pautas ultrarreacionárias e ultraliberais** que têm encontrado na sociedade um terreno fértil e que se concretizam também com o aumento da violência nas escolas;
- **Coibir a mercantilização e privatização da educação**, garantindo que os recursos públicos sejam destinados à educação pública.

(1) Balanço do Plano Nacional de Educação: recortes e trajetórias dos indicadores de monitoramento.

(2) Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017). Disponível em: bit.ly/CasaComum_E4_55

* **Tânia Mara Dornellas** dos Santos é cientista política pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e assessora de advocacy da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Já **Marcele Frossard** é doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e assessora de programa e políticas sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



MOBILIZE-SE

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM EXERCÍCIO PRÁTICO DE DEMOCRACIA

**Conheça espaços de
engajamento que têm
papel fundamental na
garantia de direitos.**

Por Dayse Porto

A **participação social** é direito garantido na Constituição. Em um Estado Democrático, existem muitos espaços que visam fortalecer a democracia, assegurar o exercício da cidadania para todas as pessoas e, também, promover o **controle social** na administração e em programas da gestão pública.

Além do exercício do voto, o engajamento pode acontecer também ao opinar em uma consulta pública; na composição de um júri popular; ou, ainda, na participação em conselhos gestores, que atuam nos estados e municípios e, também, em nível nacional em diversas áreas de **políticas públicas**.

Em razão da aclamada “vitória da democracia” nas eleições presidenciais de 2022, existe muita expectativa em relação à **retomada de processos participativos** em instâncias consultivas e deliberativas e do controle social na administração pública, fundamentais para a tão esperada “**reconstrução**” do Brasil nos próximos anos.

O histórico da participação popular

Desde 1994, os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula vêm ampliando a rede de conselhos nacionais: FHC criou 19 conselhos e Lula, 41. Esse processo culminou em um grande avanço na participação da sociedade civil no governo e foi fundamental para a elaboração e revisão de **políticas sociais** das últimas décadas.

Mas, a partir de 2016, os governos eleitos caminharam na contramão desse movimento e o Brasil experimentou um **processo de extinção e desmantelamento** dos conselhos nacionais e as **conferências de políticas públicas**, que mobilizaram milhões de pessoas em processos participativos nos anos anteriores, foram descontinuadas.

O desmonte foi tão grande que Gleisi Hoffmann (PT), então coordenadora de Articulação Política do Gabinete de Transição do presidente Lula, instaurou, ainda em novembro de 2022, o Conselho de Participação Social com o objetivo de **promover o diálogo e a interlocução** com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais no período de transição.



Autor: Pelicano. Fonte: Cartilha Construindo a Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil

8 PROPOSTAS PARA A RECONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A Rede Democracia e Participação, o Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação e a Rede Brasileira de Orçamento Participativo realizaram, em dezembro de 2022, o **seminário A Reconstrução da Participação Social no Brasil**.

O evento reuniu lideranças de movimentos sociais, representantes de organizações da sociedade civil, pesquisadores e gestores públicos que debateram o momento atual, desafios e caminhos possíveis para a reconstrução da **participação social no novo governo**. O documento síntese da atividade apresenta **oito propostas**, que são resultados das reflexões do encontro. Confira os pontos centrais:

1) Reconstruir e transformar, com criatividade e ousadia, um novo padrão de porosidade do governo federal que garanta efetividade à participação. Reconstruir as instituições da participação social e políticas orientadas por mecanismos de participação que foram destruídas; transformar, para ir além, e avançar na informação de qualidade, comunicação, educação popular e conscientização.

2) Tornar a participação social mais transversal, resgatando o papel da Secretaria Geral da Presidência da República, **criando pontos focais em todos os órgãos da Administração Pública Federal**, e um Conselho Nacional de Participação Social (CNPS) com funções de acompanhamento e articulação. Maior transversalidade também pode ser atingida se o planejamento orçamentário for utilizado como mecanismo de inserção em todas as áreas.

3) Estabelecer um Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) com as seguintes características: popular, integrado, deliberativo, fiscalizador e orientado por princípios de equidade de gênero e raça e de inclusão, munido de mecanismos ativos de busca de grupos excluídos e mais vulneráveis, ou de segmentos fundamentais como os jovens.

4) Revogar, reativar e restituir: revogar o Decreto 9.759/2019 que extinguiu os órgãos colegiados da administração pública federal; reativar conselhos extintos antes do Decreto, como o CONSEA, e as conferências nacionais, que foram paralisadas; restituir conselhos e conferências de funções, recursos e composição que foram alteradas visando minar sua atividade.

5) Desenvolver um processo de Orçamento Participativo (OP) nacional que seja inclusivo, deliberativo e efetivo, articulado com o calendário do ciclo do planejamento orçamentário para que se possa garantir a previsão orçamentária e efetiva execução das decisões tomadas nas instâncias participativas.

6) Valorizar as experiências de definição, implementação e fiscalização de políticas públicas por movimentos sociais, reconhecendo sua contribuição ao aprimoramento das políticas e ao uso mais eficiente de recursos públicos e, ao mesmo tempo, fortalecendo as capacidades de organização e mobilização da sociedade civil.

7) Avançar na educação popular como uma fase fundamental da participação, tendo por referência marcos existentes e interrompidos, como a Política Nacional de Participação Social, o Sistema Nacional de Participação Social e o Marco da Educação Popular para políticas públicas. Vincular a Educação Popular ao centro articulador da participação no governo, ampliando o escopo da educação para incluir a formação da burocracia estatal (gestores e corpo técnico) em colaboração com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e outras instâncias de formação de servidores.

8) Inovar na implantação de mecanismos de deliberação e participação direta de cidadãos (assembleias cidadãs, minipúblicos), com potencial para mobilizar e qualificar o debate público, principalmente em pautas marcadas pela polarização e desinformação. Merece especial atenção a incorporação da tecnologia digital, não como um canal paralelo de participação, mas como uma forma transversal de alimentar a participação do cidadão e o conhecimento de suas demandas.

Possibilidades de atuação: fique atento(a)

Existem várias instâncias **de participação** que precisam ser ocupadas pela sociedade civil: os conselhos (municipais, estaduais e nacionais), comitês populares, fóruns, conferências, consultas públicas, processos colaborativos de construção de ações civis públicas e projetos de lei de iniciativa popular são alguns dos exemplos de possibilidades. Entenda como funcionam alguns desses espaços e participe:

CONSELHOS

Os **conselhos** são responsáveis por controlar as ações do Estado a partir de representantes da sociedade civil que podem participar dos processos de elaboração, implementação e fiscalização de **políticas públicas**. Esse sistema favorece os mecanismos de **transparência da gestão pública**, estimula uma distribuição mais justa do orçamento e estabelece uma relação de corresponsabilização pelas decisões tomadas.

A Constituição estabelece que os conselhos municipais de saúde, educação e assistência social, por exemplo, devem ser ouvidos na elaboração de cada política pública. Conselhos de outras áreas, como do meio ambiente, da moradia, de mobilidade, dos direitos da criança, da juventude, das mulheres e de idosos, podem ter função apenas consultiva – depende da legislação de cada município.

CONFERÊNCIAS

As **conferências de políticas públicas** são encontros periódicos em formato de plenárias que buscam, por meio do debate, alcançar um diagnóstico e propor diretrizes para determinadas políticas e podem ser realizadas no âmbito municipal, estadual, regional ou nacional. Nas conferências, são organizados **grupos de trabalho abertos** a qualquer cidadão.

Todos têm o direito de falar, mas não necessariamente o de votar, de modo que um número limitado de participantes serão escolhidos como **delegados**, para votar a resolução final do encontro. As resoluções e diagnósticos são encaminhados, via conselhos, para as respectivas pastas, podendo ser aproveitados tanto para a gestão da política em si, quanto para integrar um futuro Plano Plurianual (PPA) e planos setoriais, se for o caso.

AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Segundo a Constituição, toda vez que alguma decisão relevante de interesse público for tomada dentro da República, seja por qualquer um dos poderes, o povo deve ser chamado para ser ouvido.

Um exemplo é a elaboração e implementação dos **planos diretores** municipais, os quais necessariamente só podem ocorrer com a participação dos segmentos da sociedade em **audiências públicas** e sessões de debate. A proposta não é a busca de consensos e deliberações coletivas, tal qual ocorre nos conselhos, por exemplo, mas sim que, ao menos, a população tenha a abertura de ser consultada a respeito dos impactos que aquela determinada decisão pode gerar em suas realidades específicas.

As **consultas públicas** são, muitas vezes, utilizadas de modo complementar às audiências públicas. São realizadas por meio de mecanismos eletrônicos abertos e com tempo de duração. As consultas são mais direcionadas, contendo já um esboço da decisão, buscando-se medir a aprovação e os **diagnósticos da população** a respeito daquele tema, avaliando-se assim seu impacto social.

COMO PARTICIPAR?

Uma sociedade democraticamente engajada, ativa e com forte controle social requer espaços de participação local permanente, colegiados e articulados com os gestores públicos.

Mesmo com os desmontes sofridos nos últimos anos, existem entidades consolidadas e com forte atuação dentro de suas áreas de atuação e muito influentes no setor público.



Em dezembro de 2022, por exemplo, o **Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)** – entidade que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil por

meio de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos – **elegeu sua nova presidência e mesa diretora** do biênio 2022-2024.

Para a presidência, foram eleitos os conselheiros Leonardo Pinho, da **Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme)** pela sociedade civil, e André Carneiro, da **Defensoria Pública da União**, pelo poder público. Para a mesa diretora, foram eleitas Marina Dermmam, do **Instituto Nacional para o Desenvolvimento Social e Cultural do Campo (Instituto Cultivar)**, e Virgínia Berriel, da **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**.

>> Acompanhe o CNDH:
www.gov.br/participamaisbrasil/noticiasndh



O **Conselho Nacional de Saúde (CNS)** e o Ministério da Saúde realizarão, de 3 a 5 de julho de 2023, a **17ª Conferência Nacional de Saúde** com o tema *Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã Vai Ser Outro Dia*, e as etapas municipais devem ser realizadas até março de 2023.

Nas etapas locais, serão elaboradas e aprovadas propostas e diretrizes que atendam às necessidades de saúde da população, sendo responsável pela formulação de propostas e revisão dos Planos Municipais de Saúde delineados para os anos de 2022 a 2025. Nessa fase, são eleitas, de forma

paritária, pessoas delegadas que participarão das **Conferências Estaduais de Saúde**, que acontecerão entre abril e maio de 2023. Para saber mais detalhes, é preciso consultar os calendários dos conselhos municipais.

>> Acompanhe o CNS e saiba mais sobre a 17ª Conferência Nacional de Saúde: conselho.saude.gov.br/



A organização Delibera Brasil, em parceria com a Rede Conhecimento Social e com financiamento da UNDEF – *The United Nations Democracy Fund* (Fundo das Nações Unidas para a Democracia) – é realizadora do projeto **Democracia Deliberativa e Assembleias Cidadãs: enfrentando a desigualdade e a pobreza no Brasil**, que tem como propósito estabelecer Assembleias Cidadãs em três cidades do Brasil: Belém (PA), Fortaleza (CE) e Niterói (RJ).

As assembleias cidadãs são compostas por grupos de 30 a 100 pessoas, selecionadas aleatoriamente por meio de recrutamento ativo e sorteio, que se reúnem em encontros de imersão no assunto para embasar o processo de reflexão e decisão. Ao final, o grupo elabora um documento que registra a deliberação e as recomendações que orientam a implantação de soluções para questões públicas. O período de implementação do projeto é de julho de 2022 a junho de 2024.

>> Conheça a iniciativa: bit.ly/CasaComum_E4_04

“Política além do voto: conheça iniciativas de engajamento social” que foram apresentadas no “Mobilize-se” da 1ª edição: bit.ly/CasaComum_E4_05

dmj

AGENDA DE PRESSÃO

DE OLHO NO CONGRESSO: CPI DAS PESQUISAS ELEITORAIS, LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Por Giordana Carvalho, Ícaro Silva, Isadora Gomes e Laís Barlati, líderes e estagiária da Pulso Público

Pesquisas eleitorais e democracia: entre a criminalização e a regulamentação da prática.

Com as eleições de 2022, o Congresso Nacional viu pautada, de forma fervorosa, a discussão sobre a **regulamentação das pesquisas eleitorais**. Discrepâncias entre diagnósticos e resultados das urnas alimentaram questionamentos sobre o processo eleitoral, especialmente por parte da base bolsonarista, que alegou interferência na escolha dos eleitores.

O PL 2.567/2022, proposto por Ricardo Barros (PP-PR), após o 1º turno, é um dos vários em tramitação no Congresso que visam **punir os responsáveis** por pesquisas eleitorais com resultados divergentes dos oficiais, acima da margem de erro.

Na Câmara, essas propostas tramitam anexadas ao PL 96/2011. A mobilização da opinião pública em outubro resultou na aprovação da urgência ao texto, o que possibilitou sua inclusão imediata na Ordem do Dia do Plenário, a critério da presidência da Casa. Mas Arthur Lira (PP-AL) já adiantou que um novo texto sobre a regulamentação deve ser construído em **negociação com os partidos e com o Senado Federal**. A criminalização dos institutos foi alvo de críticas do deputado e, também, do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ainda que o projeto perca força no intervalo entre eleições, uma **CPI das Pesquisas Eleitorais** já aguarda instalação no Senado.



Saiba quais são as proposições:

- PL 2.567/2022: bit.ly/CasaComum_E4_06
- PL 96/2011: bit.ly/CasaComum_E4_07
- PL 2.558/2022: bit.ly/CasaComum_E4_08



Fique por dentro do tema:

- Câmara acelera votação de projeto que criminaliza pesquisas eleitorais; Lira fala em "regramento": bit.ly/CasaComum_E4_09
- A criminalização das pesquisas eleitorais e o Direito Penal ideológico: bit.ly/CasaComum_E4_10
- Câmara aprova urgência para projeto que regulamenta pesquisas eleitorais: bit.ly/CasaComum_E4_11

A Lei de Segurança Nacional e o direito à manifestação política

O (PL) 2.462/1991 propôs a revogação da antiga Lei de Segurança Nacional (LSN) e a redefinição de crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Após 20 anos de discussão, em 2021, o projeto foi aprovado pelos parlamentares e enviado ao Poder Executivo para sanção presidencial. Entretanto, o ex-presidente Jair Bolsonaro **vetou parcialmente a matéria** e, desde setembro de 2021, o Veto 46/2021 está na pauta para análise.

O **Veto 46 é alvo de disputas**, o que tem atrasado sua deliberação. Isso se dá porque, por um lado, **a revogação da LSN é necessária**, visto ter sido criada em 1983, sendo uma herança da ditadura militar, que punia quem “caluniasse” ou “ofendesse” as instituições do Estado.

Entretanto, a **atualização dos tipos penais** e as **novas definições de crimes contra o Estado Democrático de Direito** estão em disputa, como, por exemplo, a “criminalização da comunicação enganosa em massa” (art. 359-O), as chamadas *fake news*.

Outro artigo vetado também provocou indignação da sociedade civil por afetar o **direito à manifestação pacífica**. O art. 359-S define a proibição de “impedir, mediante violência ou grave ameaça, o livre e pacífico exercício de manifestação” e o veto já era esperado devido aos esforços de Bolsonaro para coibir protestos críticos ao seu governo.



Foto: Antônio Cruz / Agência Brasil



Saiba quais são as proposições:

- PL 2.462/1991: bit.ly/CasaComum_E4_12
- PL 2.108/2021: bit.ly/CasaComum_E4_13
- Veto 46/2021: bit.ly/CasaComum_E4_14
- Lei 14.197/2021: bit.ly/CasaComum_E4_15



Fique por dentro do tema:

- Sancionada com vetos a lei que revoga a Lei de Segurança Nacional: bit.ly/CasaComum_E4_16
- Entenda o que muda com a revogação da Lei de Segurança Nacional: bit.ly/CasaComum_E4_17
- Promulgada pela ditadura militar, Lei de Segurança Nacional é revogada: bit.ly/CasaComum_E4_18

Sociedade civil no novo governo e a participação social

No Brasil pós-eleições, iniciou-se o processo de transição de governo, momento em que é feita a **transferência da responsabilidade de gestão governamental** para o novo governo eleito. Esse processo, organizado pela Lei 10.609 de 2002, prevê importantes diretrizes para seu funcionamento e é nesse contexto que acontece o **preparo do solo político para um novo mandato** presidencial.

Os últimos anos revelam a vontade da **sociedade civil** em participar das discussões e pressionar por novos modelos de funcionamento de governo.

No âmbito da transição, foi criado o **Conselho de Participação Social** com objetivo de dialogar com a sociedade civil e elaborar relatório a respeito da relação institucional do governo com esse grupo. Em dezembro de 2022, foi apresentada a proposta de criação de um órgão ligado à Secretaria-Geral da presidência, destinado a **garantir a participação social nos diferentes ministérios**.

É natural que novos **mecanismos da dinâmica da participação** sejam apresentados e aprimorados durante seu funcionamento, o importante é garantir um **novo governo com participação** ativa dos movimentos, organizações, comunidades e iniciativas populares na **(re)construção de políticas sociais** fundamentais para o país.

>> Saiba mais sobre o tema em *Mobilize-se*, na página 35



Acampamento Terra Livre, Brasília (DF), 2022. Foto: Isis Medeiros

Agenda ambiental como parte da reconstrução do Brasil

A agenda **ambiental e de mudanças climáticas** tomou protagonismo na discussão de políticas públicas e legislação nos últimos anos, e a maneira com que o governo de Jair Bolsonaro (PL) conduziu tais temas **colocou o Brasil no centro das críticas**, pressão e reação internacional. O discurso de polarização entre o desenvolvimento econômico e a preservação ganhou força interna e, concomitantemente, as tentativas de retrocessos avançaram.

A **vitória de Lula (PT)**, nas eleições de 2022, com bandeiras principais de reconstrução e de defesa da democracia, vem cheia de **desafios que atravessam a agenda ambiental** e as disputas políticas em torno desses assuntos. Enquanto o **Executivo tenta conciliar** diferentes nomes, interesses e representações partidárias, o **Legislativo** ainda conta com proposições que não foram analisadas nos últimos anos e que **apresentam riscos** para a agenda ambiental.

Proposições que enfraquecem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que ameaçam as terras indígenas, a regularização fundiária, o licenciamento ambiental, o uso de agrotóxicos, entre outras, continuam em tramitação no Legislativo.

Nesse cenário, é urgente a necessidade de **construir e reforçar a agenda ambiental**, a legislação sobre o tema, o fortalecimento da agenda climática e o combate aos retrocessos dos últimos governos. **Não há democracia sem cuidado com a Casa Comum**, sem o direito de viver em um meio ambiente saudável, seguro e bem preservado.



Saiba quais são as proposições:

- Lei 10.609, de 20 de dezembro de 2002: bit.ly/CasaComum_E4_19



Fique por dentro do tema:

- Documentos - Gabinete Técnico (Governo de Transição): bit.ly/CasaComum_E4_20
- “Só de revogação tem 23 páginas”, diz Mercadante sobre relatório de transição: bit.ly/CasaComum_E4_21
- Transição de governo termina na quinta com entrega de relatórios finais: bit.ly/CasaComum_E4_22

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: PILAR DA DEMOCRACIA

Para assegurar a democracia, que deve ser um projeto, e não um objetivo alcançado após a eleição, é fundamental promover espaços e mecanismos de ampla participação social em processos de tomada de decisão.

Por Maria Victória Oliveira

Formada com base em duas palavras gregas - em que *demos* significa povo e *kratos* vem de domínio e poder -, democracia claramente não se trata da vontade de um governante ou líder, mas **um sistema político no qual o povo exerce soberania**, balizado por normas sociais dispostas no formato de leis e documentos, como a Constituição Federal, que tem a **participação social como direito** garantido.

Construir, portanto, esse Estado Democrático de Direito demanda engajamento dos mais diversos grupos, muitos dos quais são **recorrentemente excluídos de processos de debate** e tomada de decisões, como: mulheres, população LGBTQIA+, sem-terra, sem-teto, em situação de rua, juventudes, idosos, negros, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pessoas com deficiência, comunidades pesqueiras, entre tantos outros.

É o que prega, por exemplo, a carta aberta *A Democracia que queremos*, redigida por 81 organizações da sociedade civil a partir de um encontro realizado em Brasília, nos dias 10 e 11 de novembro de 2022.

>> Confira a carta *A Democracia que queremos* em bit.ly/CasaComum_E4_57

Enviado à Equipe de Transição do Governo da então chapa Lula-Alckmin, o documento faz um **balanço dos desafios** a serem enfrentados para a incidência no Parlamento nos próximos anos, bem como **urgências e prioridades**, como o respeito aos direitos humanos e a restituição de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, respeito a leis brasileiras e acordos internacionais, punição de todos os que cometeram crimes, combate ao encarceramento em massa, resgate de direitos trabalhistas e previdenciários e o combate à violência contra as mulheres.

Além de apontar a necessidade da compreensão por parte do novo governo de que a democracia - inclusiva, generosa e **pautada na justiça social** - deve ser um projeto, e não um objetivo alcançado após a eleição, as signatárias afirmam que, para que isso seja possível, será necessária a restituição de políticas públicas que garantam a participação social em processos decisórios.

“Devemos trabalhar não só com o resgate de conselhos e de modelos de participação que já experimentamos e que deram certo, mas é necessário inovar. Precisamos pensar em uma participação que contemple povos do campo, ribeirinhos e indígenas. Um grupo de pescadoras comentou conosco ‘não temos luz na comunidade, quem dirá internet’. Então se fizermos algo virtual, como um aplicativo, será legal, mas não é só isso que vai fazer com que as pessoas participem”, explica **Franklin Félix**, coordenador geral da **Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns**.

Outro documento que ressalta a centralidade da participação social foi elaborado a partir de um encontro em São Paulo, nos dias 22 e 23 de novembro. Cerca de 30 participantes discutiram os desafios e possibilidades da sociedade civil brasileira nos próximos quatro anos, como a importância de fortalecer a atuação da sociedade civil brasileira, bem como construir uma frente democrática e progressista com uma agenda pós-eleição. Entre as **agendas urgentes que foram discutidas**, estão: fome, racismo, representatividade nos cargos públicos, democracia nas periferias, perseguição às mulheres nos espaços de poder, as ameaças da desinformação, fortalecimento de organizações da sociedade civil (OSCs), entre outros.

>> Veja o documento da Abong em: bit.ly/CasaComum_E4_58

Indígenas Yanomami lutam



Fique por dentro

Confira a entrevista completa com Franklin Félix, coordenador geral da Abong, no site da revista. Acesse: bit.ly/CasaComum_E4_59

há séculos por direitos

A reconstrução do país passa pelo respeito aos povos indígenas e pela promoção do acesso a direitos, como a dignidade da pessoa humana, acesso à saúde e autodeterminação dos povos; Omissão do Estado brasileiro com yanomamis é denunciada.

Por Elvis Marques



Povo Yanomami. Foto: Victor Moriyama / ISA

Desde a visita em janeiro, do presidente Lula e sua comitiva aos indígenas Yanomami, na região de Boa Vista (RR), a situação do povo tem sido amplamente divulgada no Brasil e no mundo, com fortes imagens, sobretudo de crianças desnutridas. Só em 2022, foram registradas **99 mortes de crianças entre um e quatro anos** impactadas pelo mercúrio proveniente do garimpo ilegal, desnutrição e fome, segundo o **Ministério dos Povos Indígenas**.

Ainda de acordo com a pasta, nos últimos quatro anos, aproximadamente **570 crianças Yanomami perderam a vida**, vitimadas por problemas relacionados ao garimpo. E, em 2022, foram confirmados mais de 11 mil casos de malária no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami.

"É um verdadeiro genocídio anunciado que acontece na área que sofre com o garimpo ilegal e suas consequências. Fome, intoxicação e doenças infecciosas são algumas das enfermidades enfrentadas", denunciou, em suas redes sociais, o secretário de Saúde Indígena, **Weibe Tapeba**.

Após a força-tarefa montada pelo governo federal, mais de mil indígenas receberam algum tipo de atendimento emergencial de saúde.

Séculos de ataques e de resistência

O histórico de conflitos e violações de direitos contra o povo Yanomami vem de longe. De acordo com a **Comissão**

Pastoral da Terra (CPT), entre 1987 e 2013, ocorreram quatro massacres contra a etnia, vitimando 30 indígenas. A reportagem *Uma luta de resistência centenária: Garimpeiros invadem território Yanomami e atiram contra indígenas*, divulgada em maio de 2021 pela CPT, aponta registros de **invasões de garimpeiros e criadores de gado da Terra Indígena desde 1700**.

>> Confira a reportagem em: bit.ly/CasaComum_E4_56

"Sempre denunciávamos, mas os garimpeiros continuam lá. Ele [Bolsonaro] não está prejudicando só os Yanomami, ele está arrumando problema para o Estado brasileiro", declarou, ainda em 2019, **Dário Kopenawa**, vice-presidente da Associação Hutukara, que representa o povo Yanomami, em entrevista à Agência Pública.

Responsabilização do Estado e mudança de governo

Para **Andréia Silvério**, da coordenação nacional da CPT, a superação dessa "condição histórica de violência estrutural passa pela atuação do Estado brasileiro atacando as causas geradoras dos conflitos, assim como assegurando a defesa e permanência desses povos em seus territórios."

Entre as diversas ações tomadas pelo atual Governo Federal está a abertura de inquérito pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a **investigação do crime de genocídio** contra os indígenas.

A mudança de postura do governo em relação à situação dos indígenas, simbolizada pela visita do presidente Lula à Terra Indígena, foi fundamental para jogar luz à crise que **não era recente**, mas foi negligenciada pelo último governo. Com o reconhecimento público da **situação de emergência** por parte do governo, a mídia começou uma ampla cobertura sobre o assunto, e **campanhas de solidariedade e arrecadação** para os Yanomami foram mobilizadas por organizações e coletivos de todo o Brasil.

Lula visita indígenas Yanomami. Foto: Ricardo Stuckert



UM PAÍS EM RECONSTRUÇÃO

Quando iniciaram as lutas por direitos no Brasil? Desde quando essa gente colorida, que agora, mais do que nunca, se veste de força para ocupar as ruas e levar a voz de suas resistências a outras gentes que também resistem, começou a se manifestar?

Por Isis Medeiros

Desde 2013, a fotojornalista e documentarista **Isis Medeiros** acompanha, nas ruas e em organizações sociais e políticas, a **luta de classes no Brasil** através da fotografia. Foi a forma que encontrou para se aproximar, aprofundar e evidenciar as **transformações** políticas que o país vem passando, especialmente nesses últimos 10 anos, desde o aprofundamento de questões importantes que há décadas vinham sendo ignoradas e marginalizadas.

Isis revela em suas imagens a **resistência das classes sociais mais oprimidas**, os movimentos sociais organizados, a luta dos povos tradicionais pelo direito ao território e a todas as formas de vida, as mobilizações das mulheres por equidade e da juventude pela diversidade sexual. São milhares de registros que transmitem dor, mas também despertam extrema força que **encoraja a luta** por um futuro mais inclusivo e justo para o povo brasileiro.

Isis Medeiros é formada em Design pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e se tornou fotógrafa popular a partir dos seus projetos documentais junto aos movimentos sociais, desenvolvendo especialmente um trabalho de denúncia da negligência e do descaso do Estado Brasileiro e das mineradoras em seu país. É integrante e uma das fundadoras de "Fotografia pela Democracia", grupo nacional de fotografia que luta pela defesa da democracia e pelos direitos humanos no Brasil.

Seus trabalhos já circularam em inúmeras exposições individuais e coletivas no Brasil; além de países como EUA, Canadá, França, Portugal e Espanha. Sua última publicação foi o livro "15:30", que documenta, ao longo de cinco anos, as consequências do maior crime socioambiental envolvendo mineração no mundo.



Movimentos sociais vão para as ruas pedindo pela continuidade da CPI das vacinas, *impeachment* de Bolsonaro e sua responsabilização pelos crimes cometidos durante pandemia da Covid-19. Praça Sete, Belo Horizonte (MG), 2021.



Movimentos sociais vão para as ruas pedindo pela continuidade da CPI das vacinas, *impeachment* de Bolsonaro e sua responsabilização pelos crimes cometidos durante pandemia da Covid-19. Praça Sete, Belo Horizonte (MG), 2021.

Pré-campanha de Luiz Inácio Lula da Silva nas ruas de todo o Brasil. Vendedores organizam varais para vendas de camisetas que pedem a volta do ex-presidente ao poder em 2022. Belo Horizonte (MG), 2022.



Pré-campanha de Luiz Inácio Lula da Silva nas ruas de todo o Brasil. Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST) aguardam pela chegada do candidato à presidência ao local do evento onde discursaria para milhares de pessoas. Belo Horizonte (MG), 2022.



A imagem de Marielle virou símbolo de luta e resistência para as mulheres negras em todo Brasil e no mundo. Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Belo Horizonte (MG), 2020.



Pré-campanha de Luiz Inácio Lula da Silva nas ruas de todo Brasil. Belo Horizonte (MG), 2022.



Movimento Bolsonarista se manifesta nas ruas de São Paulo pedindo intervenção militar e o fechamento do STF. Avenida Paulista, São Paulo (SP), 2019.



Escola do acampamento "Maria da Conceição" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Itatiaiuçu (MG), 2018.



Considerada a maior mobilização indígena do Brasil, o Acampamento Terra Livre ocorre no mesmo período em que o Congresso Nacional e o governo pautam a votação de projetos que violam os direitos dos povos indígenas. Brasília (DF), 2022.



Estudantes queimam notas falsas de dólares em protesto à corrupção na compra de vacinas de empresas americanas. Praça Sete, Belo Horizonte (MG), 2021.



Pré-campanha de Lula em Belo Horizonte. Expominas, Belo Horizonte (MG), 2022.





A FOME DÓI, ADOECE E MATA



Cerca de **33 milhões de brasileiros** estão passando fome enquanto você lê essa frase. O SEFRAS atua diretamente para combater esse problema!

DOE AGORA

doesefras.org.br

Pix: sefras@sefras.org.br



Sefras

ACÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

acolher,
cuidar e
defender

www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Iniciativa

Realização

Apoio



Sefras
ACÇÃO SOCIAL FRANCISCANA



ESTÚDIOCAIS
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO



SINFRAJUPE



**PAULUS
SOCIAL**